

ENTREVISTA IVES GANDRA,
MINISTRO DO TST:

“ A condição básica para que a cooperativa de trabalho possa sobreviver no Brasil é a garantia dos direitos trabalhistas do cooperado ”

SABER COOPERAR

ANO III | NÚMERO 6 | SET./OUT. 2012

A REVISTA DO SESCOOP

Cooperativismo de TRABALHO

Lei que regulamenta o ramo consolida esse modelo socioeconômico no País



ESPECIAL

A FORÇA DO RAMO CRÉDITO
FRENTE ÀS OSCILAÇÕES DO
SISTEMA FINANCEIRO

INOVAÇÃO

GESTÃO POR COMPETÊNCIA: CAPACITAÇÃO
PARA OS COOPERADOS, DESENVOLVIMENTO
PARA AS COOPERATIVAS

Música e cooperativismo: duas forças
que constroem um mundo melhor.



cooperativismo
A GRANDE FORÇA DO RIO GRANDE



6º Festival
O Rio Grande
Canta
o cooperativismo

3ª ETAPA - Paraí - 19 de outubro, às 20h30. SHOW DE ENCERRAMENTO COM OS SERRANOS.
LOCAL: Associação dos Motoristas de Paraí - Rua Maria Lucatelli, 7, Centro.

FINAL - Espumoso - 16 de novembro, às 20h30. SHOW DE ENCERRAMENTO COM JOCA MARTINS.
LOCAL: Associação dos Funcionários da Cotriel - Avenida João Bertani, s/nº.

Evento gratuito. Retire os seus convites nas cooperativas das regiões.

Realização:



Apoiadores:



CONSELHO NACIONAL

Márcio Lopes de Freitas – Presidente

Representantes do Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Erikson Camargo Chandoha – Titular
Vera Lúcia de Oliveira – Suplente

Ministério da Fazenda

João Pinto Rabelo Junior – Titular
Lucas Vieira Matias – Suplente

Ministério da Previdência Social

Dênio Aparecido Ramos – Titular
Alex Pereira Freitas – Suplente

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

João Batista Ferri de Oliveira – Titular

Ministério do Trabalho e Emprego

Fábio Battistello – Titular
Fabrício Valle Dutra – Suplente

REPRESENTANTES DA OCB

Região Centro-Oeste

Onofre Cezário de Souza Filho – Titular
Remy Gorga Nieto – Suplente

Região Norte e Nordeste

Cergio Teschio – Titular
Manoel Valdemiro F. da Rocha – Suplente

Região Sudeste

Ronaldo Ernesto Scucato – Titular
Marcos Diaz – Suplente

Região Sul

Vergílio Frederico Perius – Titular
Marcos Antonio Zordan – Suplente

Conselheiros Representantes

dos Empregados em Cooperativas
Gezi Pungan – Titular
Maria Silvana Ramos – Suplente

CONSELHO FISCAL

Representantes do Executivo

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento
Antonio Carrizo Primo – Titular

Helcio Campos Botelho – Suplente

Ministério da Fazenda

Márcio Nahas Ribeiro – Titular
Bruna Adair Miranda – Suplente

Ministério da Previdência Social

Fátima Aparecida Rampin – Titular
Maria de Fátima C. da Cruz – Suplente

Representantes da OCB

Marcos A. Braga da Rocha – Titular
Gilcimar Barros Pureza – TitularJosé Aparecido de Souza – Suplente
Norberto Tomasini – Suplente

Conselheiros Representantes

dos Empregados em Cooperativas
Marcelino Henrique Queiroz Botelho – Titular
Robespierre Koury Ferreira – Suplente

Diretoria Executiva

Márcio Lopes de Freitas – Presidente
Luís Tadeu Prudente Santos – Superintendente

Gerência Geral de Operações

Ryan Carlo Rodrigues dos Santos

Gerência Geral de Desenvolvimento

de Cooperativas
Maurício Cordeiro Alves

Conselho Editorial

Andrea Sayar Ferreira Nunes
Adriano Trentini FassineFernando Ripari
Juliana Gomes de CarvalhoLuís Tadeu Prudente Santos
Karla Tadeu Duarte de OliveiraMaurício Cordeiro Alves
Maria Helena Varnier ManhiãesRyan Carlo Rodrigues dos Santos
Samuel Zanello Milléo Filho

Tânia Zanella

Coordenadora de Edição

Daniela Lemke

Projeto gráfico, edição, redação,
revisão, diagramação e arte-final

: Comunicação Integrada

Fotografia

André Conti, Angela Ramos, Antônio Pedro Ferreira,
Arquivo Funcadi, Arquivo Pessoal (Vânia de LourdesMarques, Adair Mazzotti e José Geraldo de Souza),
Arquivo SESCOOP, Divulgação Banco Central, Divulgação

Oceang, Ascocom/Prefeitura Lucas do Rio Verde, Divulgação

Credibeligo, Divulgação Uniodonto, Divulgação

Coopermundi, Maria Helena Varnier Manhiães,
iStockphoto, Unimed Fortaleza, Wikipédia

Ilustração

Diego Pizzini e Fernando Lopes

Tiragem

12.000 exemplares

Impressão

Gráfica e Editora Brasil Ltda.



Sistema OCB
CNC OOP - OCB - SESCOOP

Um avanço para o Ramo Trabalho



MÁRCIO LOPES DE FREITAS
Presidente do Sistema OCB

Durante nove anos, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) manteve um diálogo com o Governo Federal e o Congresso Nacional, no sentido de criar um marco regulatório para o Ramo Trabalho. Entre concessões e exigências, o cooperativismo brasileiro saiu vitorioso com a publicação da Lei n.º 12.690 na edição de 20 de julho de 2012 do Diário Oficial da União. Ela surge para resguardar os 188 mil trabalhadores do setor, que sempre estiveram comprometidos com os ensinamentos cooperativistas, cessando, assim, a instabilidade jurídica que os prejudicou durante anos. Isso ocorria tanto por exclusão nos processos licitatórios, quanto em razão de preconceitos relacionados aos que consideravam o segmento sinônimo de precarização e de mão de obra barata.

Em nossa matéria de capa, ouvimos especialistas e traçamos um panorama dos benefícios assegurados pela lei, especialmente a garantia dos direitos sociais do trabalhador já previstos na Constituição Federal de 1988. Mostramos, ainda, casos de sucesso de cooperativas que já estão se firmando nesse mercado. Destacamos, em especial, as que desde 2004 têm, por meio do Programa Nacional de Conformidade das Cooperativas (PNC), um instrumento que permite aprimorar seu desempenho de acordo com as exigências da iniciativa privada e de órgãos reguladores.

Como entrevistado especial desta edição, ouvimos o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ives Gandra, para comentar, do ponto de vista jurídico, as mudanças trazidas pela Lei n.º 12.690/2012. Um dos juristas mais conceituados do País, Gandra é um entusiasta e defensor dos direitos e da regulamentação do setor cooperativista.

Outro destaque é a nossa reportagem especial dedicada às cooperativas de crédito, instituições que têm apresentado desempenho bem acima da média do mercado financeiro, independentemente das oscilações e crises econômicas. Dados do Banco Central (BC) apontam que, no primeiro trimestre deste ano, elas registraram um crescimento no patrimônio líquido de 5,45%, o dobro do registrado por outras instituições financeiras. Além disso, o setor oferece atendimento personalizado, taxas de juros mais competitivas e tarifas adequadas à realidade de seus sócios.

Temos, também, a honra de inaugurar, a partir desta edição, um espaço dedicado a resgatar a história de grandes personagens do cooperativismo no País. Começamos com a trajetória de uma das primeiras brasileiras a estudar o Ramo Crédito, a doutora em Economia Diva Benevides Pinho. Com essa homenagem, somada às dezenas de cooperativas retratadas nesta edição, ratificamos nossa intenção de reconhecer o trabalho dos milhares de associados brasileiros que, por seus esforços em benefício desse modelo socioeconômico mais justo, têm melhorado as condições de suas comunidades. A todos, uma boa leitura. ●



Participe da Revista
Saber Cooperar
enviando sugestões,
elogios, reclamações
ou nos informando das
suas realizações como
cooperado. Nosso e-mail é:
revistadosescoop@
sescoop.coop.br



Igo Estrela

6



Divulgação Comunimundi

10



14

Diego Pizzini



Angela Ramos

21



Angela Ramos

24



Antônio Pedro Ferreira

26



Divulgação Banco Central

31



Arquivo Funcadi

34



Fernando Lopes

36



Unimed Fortaleza

40



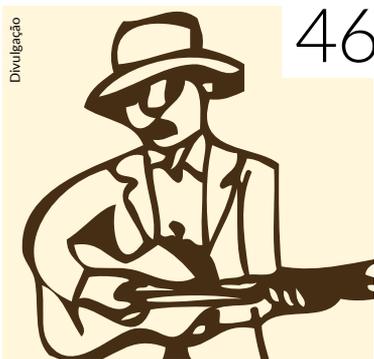
Divulgação Oeang

42



Diego Pizzini

48



Divulgação

46



Arquivo Sescoop

52

- 6 Entrevista** ▶ O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ives Gandra analisa a Lei n.º 12.690/2012, que regulamenta as cooperativas de trabalho
- 10 Cooperando** ▶ Conheça as ações de responsabilidade social realizadas pela Unimed e Uniodonto
- 14 Capa** ▶ Lei n.º 12.690/2012: o que muda para as cooperativas de trabalho com a publicação desse marco jurídico
- 21 Boas Práticas** ▶ Na cidade mineira de João Monlevade, a intercooperação tem mudado a vida de milhares de cooperados
- 24 Voz do Cooperativismo** ▶ Cooperados de todo o País contam como o cooperativismo afetou suas vidas
- 26 Nosso Brasil** ▶ Entre as comemorações do Ano Internacional das Cooperativas, neto do ambientalista Jacques Costeau visita o pantanal
- 31 Artigo** ▶ Sidnei Correa Marques comenta o potencial de crescimento do cooperativismo de crédito brasileiro
- 34 Personagem** ▶ A trajetória da professora Diva Benevides Pinho, a primeira mulher autora de livros cooperativistas no País
- 36 Inovação** ▶ Sucesso em empresas, a prática da gestão por competência pode ser utilizada para reconhecer talentos e melhorar o desempenho das cooperativas
- 40 Bem-estar** ▶ A promoção da saúde, bem-estar e cidadania estão entre as ações sociais promovidas pela Unimed Fortaleza em benefício da comunidade local
- 42 Fique de olho/Aconteceu** ▶ Tudo sobre a quarta edição do “Dia C” Minas Gerais, o 8.º Prêmio Cooperativa do Ano, entre outros acontecimentos relacionados ao setor
- 46 Notas** ▶ Reunimos excelentes dicas de livros cooperativistas
- 48 Especial Crédito** ▶ O potencial competitivo das cooperativas do ramo frente às oscilações do mercado
- 52 Capacitação** ▶ Gerência de Monitoramento do Sescoop elabora Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

“A condição básica para que a cooperativa de trabalho possa sobreviver no Brasil é a garantia dos direitos sociais do trabalhador cooperado”

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho comenta lei recém-promulgada que regulamenta as cooperativas do Ramo Trabalho

Em 30 anos de militância na Justiça do Trabalho, como procurador e magistrado, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra conheceu os dois lados das cooperativas de trabalho. Quando atuou no Ministério Público do Trabalho (MPT), presenciou sérias denúncias de abusos relacionados às cooperativas. Em 2002, quando participou da 90.ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, na Suíça, impressionou-se com a maneira como essas cooperativas se organizam e com o prestígio perante os órgãos internacionais, sendo reconhecidas pela eficácia do estímulo à empregabilidade e à autogestão empreendedora dos trabalhadores. Desde então, o jurista é um entusiasta e defensor dos direitos e da regulamentação do setor cooperativista. Nesta entrevista exclusiva, o paulistano de 53 anos, membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho, da Academia Paulista de Magistrados e ministro do TST desde 1999, analisa a Lei n.º 12.690 de 19/07/2012, publicada no Diário Oficial da União em 20 de julho, que registra um marco jurídico às cooperativas do Ramo Trabalho.

Saber Cooperar ▶ **Ministro, a lei traz inúmeras propostas de regulamentação para as cooperativas do Ramo Trabalho, estabelecendo garantias e direitos aos trabalhadores cooperados. Em sua avaliação, como a nova lei vai, de fato, beneficiar essas organizações?**

Ives Gandra ▶ O maior problema em relação às cooperativas de trabalho era a falta de um marco jurídico mais detalhado que as legitimasse. Há um dispositivo da Constituição, o § 2.º do art. 174, que estabelece o estímulo ao cooperativismo; a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por sua vez, em seu art. 442, Parágrafo Único, estabelece a não relação de emprego entre a cooperativa e seus cooperados. Nesse contexto, existe ainda a Lei n.º 5.764, de 16/12/1971, que regula o cooperativismo de uma maneira geral e que não trata especificamente das peculiaridades das cooperativas de trabalho.

A falta de formalização mais específica provocava muitos abusos nessa área. E essa situação passou a gerar um preconceito em relação às cooperativas de trabalho, tendo desencadeado a ação do Ministério Público do Trabalho, como o principal fiscalizador, tanto que o MPT obrigou a União a assinar um termo de ajuste de conduta, alijando as cooperativas de trabalho das licitações públicas. Uma atitude que foi contra a própria Recomendação n.º 193 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que afirma que uma cooperativa de trabalho não pode ter tratamento menos privilegiado na disputa de mercado com empresas do mesmo ramo. ▶



IVES GANDRA

impressionou-se com o prestígio das cooperativas perante órgãos internacionais ao participar da 90.ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, na Suíça

► Por isso, faltava um marco jurídico concreto, mostrando que é possível um cooperativismo de trabalho que não explore o trabalhador, nem precarize o emprego ou o utilize como um meio para as empresas diminuïrem custos. Algo próximo do modelo imaginado pela própria OIT.

SC › **A lei vem inserir, também, essas cooperativas nos conceitos de trabalho digno, ou seja, com remuneração equitativa, segurança no local de trabalho e proteção social aos cooperados, entre outros direitos. O senhor poderia comentar tais avanços?**

IG › Entendo que a condição básica para que a cooperativa de trabalho possa sobreviver no Brasil é a garantia dos direitos sociais do trabalhador cooperado. Essa é a melhor maneira de acabar com as cooperativas que são criadas para driblar os encargos trabalhistas diretos ou indiretos. E essa lei contempla isso. Faz com que os direitos do art. 7.º da Constituição Federal migrem para esse marco legal, passando o trabalhador cooperado a ter direito a férias e 13.º salário, por exemplo, mesmo que os termos técnicos não sejam esses. Esse é o ponto principal

que precisa ser divulgado, principalmente para aqueles que têm preconceitos em relação às cooperativas. O trabalhador cooperado passa a ter direitos mínimos definidos na Lei n.º 12.690/2012, eliminando qualquer tentativa que determinada empresa possa ter de querer criar uma cooperativa unicamente para não pagar os direitos trabalhistas.

SC › **Com a promulgação da lei, como o senhor vê a relação entre as cooperativas do Ramo Trabalho e o poder público em questões como a participação em licitações?**

IG › A partir da publicação da lei, teremos de colocar em xeque o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho. Aqui no TST, já fizemos isso em uma ação rescisória. Até porque, como foi possível assinar um TAC que



prejudicasse todas as cooperativas de trabalho, sem que esse segmento fosse ouvido? Foi praticada uma grande injustiça e não houve o direito de defesa.

Para a União, não existe distinção entre contratar uma empresa ou uma cooperativa. Mas enquanto o TAC esteve vigente, vimos os órgãos governamentais contratar, oficialmente, apenas empresas em detrimento das cooperativas.

Agora que há previsão expressa da lei sobre a possibilidade de cooperativas de trabalho e de serviços participarem de licitações, não se poderá invocar o TAC *contra legem*.

SC › A lei orienta que as cooperativas de trabalho passam a necessitar de apenas sete sócios para serem constituídas, diferentemente do que dispõe a Lei n.º 5764/1971, que exige um número mínimo de 20 associados. O senhor poderia comentar essa mudança?

IG › É interessante até porque, do ponto de vista sindical, esse é o número de diretores necessários para que um sindicato possa garantir sua própria estabilidade. Essa alteração reforça a ideia de que determinado grupo de indivíduos não esteja criando uma cooperativa apenas para fraudar normas da CLT, por exemplo, mas sim com o objetivo de oferecer a um maior número possível de trabalhadores a possibilidade da autogestão.

SC › Outro ponto de interesse por parte do setor cooperativista que foi previsto na redação da lei é o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop), que traz recursos governamentais para o fomento das cooperativas por meio de linhas de crédito, acompanhamento técnico, entre outros incentivos. Em sua visão, estimular o cooperativismo é função do Estado?

IG › Um dos princípios básicos que regem a relação Estado x Sociedade é o princípio da subsidiariedade.



Para a União, não existe distinção entre contratar uma empresa ou uma cooperativa. Mas enquanto o TAC esteve vigente, vimos os órgãos governamentais contratar oficialmente apenas empresas em detrimento das cooperativas”

Não cabe ao Estado substituir os particulares, realizando o que eles mesmos podem fazer, seja no ambiente familiar, escolar, sindical ou no caso de uma associação de cidadãos unidos em busca de um determinado objetivo. E uma das características dessa subsidiariedade é o fomento, por parte do Estado, ao que surge naturalmente na sociedade e se realiza convenientemente. É papel do Estado apoiar tais iniciativas. Em relação às cooperativas que, com a inclusão dos direitos trabalhistas elencados no art. 7.º da CF, a serem garantidos aos cooperados, tiverem dificuldades para sobreviver, dependendo do Ramo Produtivo, poderá haver o recurso ao Pronacoop.

SC › Visto que essa lei visa a legitimar o trabalho dessas cooperativas, qual a expectativa do senhor em relação à atuação do Ministério Público do Trabalho em termos de fiscalização?

IG › Imagino que, uma vez as cooperativas de trabalho ganhando de verdade o foro de cidadania, sendo equiparadas às empresas que prestam serviços, pagando direitos sociais ao trabalhador cooperado previstos na lei, serão fiscalizadas como qualquer pessoa jurídica. A única diferença é que no caso dos maus exemplos, em vez de um empresário que não paga os direitos ao trabalhador, é a direção de uma cooperativa que será apenada pelo não cumprimento do estatuto. Portanto, a fiscalização será a mesma para os dois casos.

SC › Para finalizar, gostaríamos que o senhor comentasse a importância dessas cooperativas no âmbito do mercado de trabalho.

IG › A grande vantagem desse ramo de cooperativas é ter o trabalhador como o dono do seu próprio negócio, compartilhando tudo o que for gerado em termos de produção entre os próprios cooperados. Por isso essas cooperativas são tão importantes. Acredito, inclusive para outros ramos, que este é o melhor modelo de trabalho, especialmente naqueles em que é difícil a contratação formal de emprego ou sobreviver como profissional liberal. A congregação em cooperativas de trabalho não só torna possível tais atividades, como traz inúmeras vantagens ao trabalhador.

Os sócios da cooperativa têm a obrigação de prestar o serviço, sem subordinação e pessoalidade. Portanto, acredito que a aprovação dessa lei representou uma vitória fantástica para as cooperativas do Ramo Trabalho. E, entre os heróis dessa causa, não podemos deixar de mencionar, especialmente, o prof. Paul Singer, secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e intransigente defensor desse modelo produtivo, e a Dr.ª Rosany Holler, abnegada batalhadora da causa, quando representava o Ramo Trabalho na OCB. A ambos, a minha homenagem e admiração. ●



RESPONSABILIDADE SOCIAL QUE TRANSFORMA

O interesse pela comunidade reflete mudanças dentro e fora das cooperativas

O compromisso com a responsabilidade está diretamente ligado ao sétimo princípio que norteia as atividades do setor, “o interesse pela comunidade”. Ou seja, as cooperativas devem trabalhar pelo desenvolvimento sustentável por meio de políticas aprovadas por seus membros. Na prática, essa é uma tendência que é realidade em muitas empresas e corporações dispostas a contribuir para o crescimento econômico e social e para a qualidade de vida de seus empregados e familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo.

“As cooperativas brasileiras não podem ficar para trás nesse processo”, argumenta a consultora em Gestão para Sustentabilidade e Responsabilidade Social da empresa Conestoga-Rovers & Associados (CRA), Vânia de Lourdes Marques, referindo-se à incorporação de estratégias e

práticas socialmente responsáveis no dia a dia dos negócios. Nesse sentido, o conceito de responsabilidade social deve ir muito além do cumprimento de leis. Trata-se de assumir uma postura de compromisso com o resgate da cidadania, e de uma posição corresponsável, na busca do bem-estar público, em articulação com políticas sociais e parcerias com institutos, fundações, organizações, universidades e especialmente com as pessoas. “Embora esse processo envolva mudanças, não é indispensável que haja transformações radicais nas cooperativas. O simples processo de começar a gerar aprendizado e conscientização faz com que essas iniciativas comecem a crescer”, pontua. “Ou seja, para começar a caminhar no sentido da atuação socialmente responsável, é preciso dar o primeiro passo”.



MAIKE MOHR
Coordenadora de
Responsabilidade
Social da Unimed



ABRAÇANDO OS OBJETIVOS DO MILÊNIO

Um dos trabalhos mais importantes desenvolvidos pela cooperativa, o Programa Unimed abraça os Objetivos do Milênio – ODMs, atua em sinergia com diretrizes estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). A fim de fortalecer esse projeto, a Unimed Brasil faz anualmente um balanço social de suas atividades, baseado em um modelo desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). “Conseguimos identificar detalhes que mostram o crescimento da cooperativa em aspectos como a intercooperação, que entre outros méritos, desenha a realidade local e social”, explica Maíke Mohr. Para avaliar e controlar o desempenho da organização, em 2012 foi lançado o Projeto Neutro, que tem como objetivo reduzir seu impacto ao meio ambiente. Para isso, foi criado um sistema, disponível para as unidades de todo o Brasil, que contabiliza a emissão de CO². Feliz, mas consciente de que ainda há muito a ser feito, a coordenadora diz que o saldo, até agora, é positivo. “Exercer nosso papel social aprimora o trabalho, melhora a vida das pessoas e a adesão aos projetos só tem aumentado. Isso significa que os cooperados entendem o peso de sua participação”, declara. O próximo passo é realizar ações conjuntas nacionalmente e mobilizar os fornecedores. “É uma vontade da Unimed Brasil negociar com empresas que tenham iniciativas de responsabilidade social, mas entendemos que isso é uma cultura a ser adquirida”, concluiu Maíke.

UNIMED BRASIL EXEMPLO A SER SEGUIDO

Destacando-se nesse contexto de evolução, está a Unimed Brasil, uma das maiores cooperativas do País, com 11 anos de Política Nacional de Responsabilidade Social (PNRS). A coordenadora de Responsabilidade Social da Unimed, Maíke Mohr, explica que a essência do trabalho consiste em fazer os colaboradores entenderem que “o foco da empresa não é apenas o lucro financeiro, é fazer diferença na vida das pessoas”. Essa política surgiu com base em três pilares: orientação e informação; ferramentas; e práticas de gestão.

Ainda como parte de suas ações, a Unimed Brasil, que atualmente contabiliza a média de 1,6 mil projetos, criou um Selo de Responsabilidade Social para avaliar e certificar, em até quatro estágios, o desempenho das unidades participantes. O nível 1 diz respeito à conscientização corporativa quanto ao tema. O nível 2 indica que a empresa passa a ter clareza sobre a importância de participar de projetos sociais, mesmo com uma pequena dificuldade na mensuração dos resultados. No nível 3, a capacidade de planejar as ações e construir um caráter transformador aplicado na prática. E por fim, no nível 4, com foco na boa governança e melhoria na comunicação com os fornecedores, já é tangível. Por meio desse processo, a organização contabiliza 231 unidades certificadas. ▶

COMPROMISSO SOCIAL

Em Dois Vizinhos, Paraná, a proposta pedagógica da Coopermundi consiste em envolver toda a comunidade na educação dos estudantes



COOPERMUNDI EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

► Outro exemplo bem-sucedido de responsabilidade social vem da cidade de Dois Vizinhos, Paraná, sede da Cooperativa de Educação e Cultura Regina Mundi (Coopermundi). Criada por pais, professores e funcionários para evitar que a escola Regina Mundi não fechasse as portas, a instituição é hoje uma organização de pequeno porte que trabalha por um futuro promissor para os jovens, realizando sonhos da comunidade.

A cooperativa é responsável pela formação de 536 alunos e sua proposta pedagógica consiste em envolver os pais na educação dos filhos, de forma decisiva. Uma ação eficaz de transformação social. Do ensino fundamental ao médio, a cooperativa registra números satisfatórios de aprovação em universidades federais, nos cursos mais procurados, como medicina, engenharia, direito e psicologia.

O terceiro ano do ensino médio, ou “terceirão”, como denomina a presidente da organização, Lenir Fey, é o orgulho mais recente da Coopermundi. “No ano passado, 55% dos alunos foram aprovados em universidades públicas. A cada ano que passa, esse percentual cresce, assim como a nossa imagem de instituição séria e comprometida”, comemora a presidente.



Em 2010, a cooperativa ganhou o 1.º lugar no Prêmio Sesi de Qualidade na Educação. Uma certificação concedida por meio da avaliação de professores, pais, alunos, funcionários e comunidade. Lenir reconhece a responsabilidade da escola com a formação dos estudantes, tanto na educação, quanto na cidadania, mas defende a interação dos responsáveis como o diferencial da cooperativa. “Quando eles aceitam colaborar com a nossa proposta pedagógica, participam das nossas dinâmicas, somam conhecimento com a experiência de suas profissões, tornam-se parceiros e os valores sociais que transmitem vão além dos próprios filhos”, comenta.

É com esse modelo e espírito colaborativo que Lenir Fey sonha em conseguir aprovação de até 90% dos alunos do terceiro ano em universidades federais. “Confio e aposto muito no potencial da nossa equipe e dos vestibulandos. É muito gratificante contar com os esforços de todos e ver o quanto essa comunidade é feliz com a Coopermundi. Agora, é seguir promovendo o crescimento de cada um que passa por aqui e formar outras gerações de cooperados”, conclui.



O simples processo de começar a gerar aprendizado e conscientização faz com que essas iniciativas comecem a crescer”

VÂNIA DE LOURDES MARQUES

Consultora em Gestão para Sustentabilidade e Responsabilidade Social

“É da natureza cooperativista o princípio de distribuição e valorização da vida”



DR. ADALBERTO BACCARIN
Vice-presidente de Política Institucional da Uniodonto

UNIODONTO SUSTENTABILIDADE E O SUCESSO

Ações pontuais de responsabilidade social também são características que acompanham a cooperativa de âmbito nacional Uniodonto, considerada a maior rede de atendimento odontológico do mundo, com mais de três milhões de atendimentos realizados no Brasil. O vice-presidente de Política Institucional da cooperativa, Dr. Adalberto Baccarin, resume em poucas palavras o trabalho realizado. “É da natureza cooperativista o princípio de distribuição e valorização da vida”.

Anualmente, a organização realiza uma convenção para dialogar com as unidades de todos os estados e sugerir ideias que fortaleçam a atuação da cooperativa ou da organização. Este ano, o evento acontecerá em Foz do Iguaçu, entre 10 e 13 de outubro, tendo como tema a “Qualidade como fator de mudança”. Para o Dr. Baccarin, a ocasião será uma oportunidade para analisar como está a visão de futuro dos cooperados. “Precisamos de perspectivas e metas de médio e longo prazos. Saber o que cada um tem em mente para colaborar com a sustentabilidade e as demais áreas que refletem direta ou indiretamente em nosso trabalho”, declara o dentista. Dessa forma, essas organizações ratificam que o sétimo princípio cooperativista não deve se resumir a questões financeiras.

Para a consultora em Gestão para a Sustentabilidade, Vânia de Lourdes Marques, que vem acompanhando o trabalho de alguns segmentos cooperativistas, o setor, em toda a sua diversidade, tem como contribuir fortemente para o bem-estar e a qualidade de vida da população brasileira ao incorporar a sustentabilidade ao negócio. Além de criar produtos e serviços inovadores e gerar renda e empregos. “Algumas iniciativas que venho acompanhando demonstram o nível de maturidade dessas cooperativas, algumas delas consideradas ‘top’ em práticas de sustentabilidade”, diz Vânia, ressaltando que a participação da alta cúpula de diretores é importante para que as instituições se insiram em exemplos bem-sucedidos.



Divulgação Uniodonto

A especialista recomenda que todo esse processo de benefício social varie de acordo com o segmento de atuação. No caso de uma cooperativa de médicos, se for realizado um trabalho de saúde preventivo em sua comunidade, terá um impacto muito maior com organização do que simplesmente doar cestas básicas, embora o trabalho de caráter filantrópico também seja importante. “O primeiro passo deve ser, portanto, a autoavaliação. Vale se perguntar: ‘como estou? O que posso fazer a partir daqui? O que é relevante no meu segmento de atuação?’ Com esse diagnóstico, nasce um plano de ação que deve envolver a comunidade, fornecedores, cooperados, clientes, empregados e meio ambiente, entre outras partes interessadas. A responsabilidade social é um processo que não acaba e deve evoluir sempre”, conclui a consultora. ●

Ramo TRABALHO

Publicação da lei que regulamenta as cooperativas representa um grande passo para a consolidação do setor

A edição de 20 de julho de 2012 do Diário Oficial da União representou um marco para o cooperativismo brasileiro. Nela foi publicada a Lei n.º 12.690, que identifica, regulamenta e, especialmente, confere maior credibilidade ao Ramo Trabalho. O texto não só esclarece os princípios dessas cooperativas, como normatiza seu funcionamento, institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (Pronacoop), permite o acesso a todos os mercados abertos, relações de contrato e licitações públicas, além de garantir os conceitos de dignidade e decência no ambiente de trabalho. ▶





Ilustração: Diego Pizzini

► A lei é resultante de um processo de diálogo que durou cerca de nove anos, entre agentes do setor cooperativista, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) junto ao Congresso Nacional e o Governo Federal. A Constituição da República em seu art. 174, § 2.º, prevê que o Estado deve apoiar e estimular o cooperativismo. Contudo, os únicos marcos normativos que regiam as cooperativas de trabalho eram a Lei 5.764/1971, sobre o cooperativismo e suas modalidades; e o art. 442, Parágrafo Único, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que apenas afasta o vínculo empregatício entre os trabalhadores cooperados e as cooperativas ou tomadoras de seus serviços.

A partir de agora, identifica-se a cooperativa de trabalho como sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão, que tem como objetivo a inclusão socioeconômica de seus cooperados e de suas condições de trabalho. Não foram incluídas na lei as cooperativas de assistência à saúde na forma da legislação de saúde suplementar; as que atuam no setor de transporte regulamentado pelo poder público e que detenham, por si ou por seus sócios, a qualquer título, os meios de trabalho; as de profissionais liberais cujos sócios exerçam as atividades em seus próprios estabelecimentos; e as de médicos cujos honorários sejam pagos por procedimentos.

“A Lei n.º 12.690/2012 foi construída numa mesa de negociação”, afirma o representante nacional do Sistema OCB para o Ramo Trabalho, Geraldo Magela da Silva. Para ele, apesar de algumas concessões, a lei

contribuiu para um ambiente favorável ao desenvolvimento do setor cooperativista. “O mais importante é que ela possibilita a estruturação de um novo eixo de regulação desse campo, de forma associada e coordenada. Então, esses indivíduos que participam de uma organização econômico-social estão, a partir de agora, inseridos dentro de um ordenamento jurídico concebido com base na doutrina e princípios do cooperativismo e das normas de direito ao trabalho. Com o nascimento dessa nova visão, as cooperativas estão legitimadas a funcionar com mais dignidade”, acrescenta.

Atualmente, o Brasil reúne 966 cooperativas do ramo, somando 188,7 mil cooperados e 2,7 mil empregos diretos, números que decresceram na última década, em razão da instabilidade jurídica ocasionada pela falta de um ato normativo para o setor. Dessa forma, muitas cooperativas foram criadas no País fora dos ensinamentos cooperativistas e, por vezes, com o único objetivo de reduzir custos de contratação de mão de obra pelas empresas. Tal situação levou o Ministério Público do Trabalho a exigir da União a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), excluindo as cooperativas de trabalho da participação em licitações públicas, o que prejudicou o campo de atuação do ramo como um todo.

“A publicação do TAC foi um ato radical porque as ações irregulares de determinados indivíduos não justificam fechar as portas para todo um setor. Pior que o ato em si foi a sua repercussão. Porque, quando o governo fez isso, acabou criando um grande mote para que o ambiente de negócios das cooperativas também não fosse favorável à iniciativa privada. Os bons pagaram pelos maus”, salienta Magela.

Em seu Capítulo II, a Lei n.º 12.690/2012 passa a garantir que as cooperativas de trabalho não poderão ser impedidas de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.



O mais importante é que a Lei n.º 12.690/2012 possibilita a estruturação de um novo eixo de regulação desse campo, de forma associada e coordenada. Com o nascimento dessa nova visão, as cooperativas estão legitimadas a funcionar com mais dignidade”

GERALDO MAGELA DA SILVA

Representante nacional do Sistema OCB





Angela Ramos

CERTIFICAÇÃO

Os laudos de capacitação técnica obtidos por meio do PNC Trabalho adequaram a Coopifor às exigências do mercado

TRABALHO DIGNO

Um dos pontos da lei que tem gerado discussão no setor cooperativista diz respeito ao art. 7.º, que trata de direitos sociais do trabalho cooperado, como a duração da carga horária, inclusive mencionando as atividades que demandem plantões e escalas; de repouso semanal e outro anual; seguro de acidente de trabalho; do cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho; entre outros. Tais direitos, erroneamente, foram confundidos por alguns como normas celetistas. Para o advogado especialista em cooperativas de trabalho, José Eduardo Pastore, é preciso deixar claro que esses são os chamados direitos essenciais, ou direitos universais do trabalho, garantidos na Constituição Federal. “Eles valem tanto para os trabalhadores celetistas quanto para autônomos ou cooperados. Especialmente quando falamos da segurança no local de trabalho, da saúde e da proteção social para os trabalhadores e suas famílias”, explica.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua Recomendação de n.º 193, dispõe sobre o trabalho associativo, que deve estar no contexto do trabalho decente. A Lei 12.690/2012 é sensível a essa questão, conforme defende Geraldo Magela: “não é porque somos donos das cooperativas que vamos trabalhar 24 horas por dia e sete dias por semana. Isso não é humanamente possível, pois não é viável criar uma falsa cooperativa para burlar a CLT”.



Tais princípios são citados pelos critérios de identificação das cooperativas de trabalho, disponíveis no portal Brasil Cooperativo (www.brasilcooperativo.coop.br)

PNC TRABALHO

As cooperativas de todo o País terão 12 meses para adequarem seus estatutos sociais às novas regras. Para muitas das cooperativas de trabalho, tal processo de adequação tende a ser natural, em especial as que participaram do Programa Nacional de Conformidade das Cooperativas do Ramo Trabalho (PNC Trabalho), oferecido pelo Sistema OCB desde 2004. O programa, aberto a cooperativas de todo o território nacional, instrui, por meio de um conjunto de ações, as participantes a melhorar seu desempenho, adequando-se às exigências do mercado e de órgãos reguladores.

Até o momento, cerca de 30 cooperativas cumpriram todos os requisitos do programa, sendo incluídas na agenda positiva e recebendo o direito de utilizar o Selo de Conformidade Cooperativa, um reconhecimento a todas que passaram pelo processo de avaliação. Além de consolidar a identidade cooperativista de cada uma delas, o processo ratifica a seriedade e qualidade dos serviços prestados pelos cooperados.

Em Belo Horizonte (MG), a Cooperativa de Trabalho dos Consultores e Instrutores de Formação Profissional, Promoção Social e Econômica Ltda. (Coopifor) é exemplo de crescimento dentro do ramo, graças ao conhecimento adquirido pelo programa. “Considero o PNC Trabalho um divisor de águas dentro da cooperativa”, atesta o presidente da Coopifor, José Ailton de ▶



Angela Ramos



► Carvalho. “Descobrimos que antes dele não tínhamos identidade. É uma ferramenta de gestão formidável, que facilita o processo de atuação das cooperativas, educando os cooperados para as doutrinas do setor e evitando ruídos na comunicação”, diz. “Muitas das diretrizes exigidas na lei nós já cumprimos graças a esse aprendizado”, completa.

“Descobrimos que antes do PNC Trabalho não tínhamos identidade. É uma ferramenta de gestão formidável que facilita o processo de atuação das cooperativas, educando os cooperados para as doutrinas do setor e evitando ruídos na comunicação”

JOSÉ AILTON DE CARVALHO
Presidente da Coopifor

Especializada em instrutoria e consultoria técnica, com uma forte atuação no setor de agronegócios, a Coopifor conta com 254 cooperados, em sua maioria médicos veterinários, engenheiros agrônomos e zootecnistas. Desde sua fundação em 1998, a cooperativa tem como clientes a iniciativa privada e agentes do Sistema S, em especial o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar/MG).

Ao todo, a Coopifor oferece mais de 100 cursos de formação e treinamentos, como Operação e Manutenção de Maquinário Agrícola, Administração de Cooperativas Rurais e Higiene, Conservação e Armazenagem de Alimentos. “Fizemos parte da turma piloto do PNC em 2008, e, desde então, os novos cooperados são obrigados a fazer o curso de educação cooperativista promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) antes de se filiarem. É incrível que apesar de contar com um quadro de pós-graduados e mestres, muitos dos que chegam aqui desconhecem quase que totalmente a doutrina cooperativista”, enfatiza José Ailton.

Há apenas três meses na Coopifor, o professor universitário Lucas Beraldo Soares, 34 anos, garante que sem a estrutura de uma cooperativa, não teria condições de disputar mercado. “A cooperativa me ajuda a fechar contratos não só graças a seu respaldo jurídico e laudos de capacitação, como me permite a possibilidade de estender minha rede de contatos. Esse é um modelo que deve ser seguido, não só no Ramo Trabalho, mas em todos os setores da economia”, exalta.

COOPERBELLA

1 A cooperativa produz peças em estamparia localizada, método não mais utilizado em grandes fábricas

2 A presidente da Cooperbella, Vera Lúcia Lopes



Angela Ramos

PRODUÇÃO E SERVIÇO

Em relação à caracterização de ramos dentro do cooperativismo, a Lei n.º 12.690/2012 traz outra novidade. Em seu art. 4.º, diz que a cooperativa de trabalho pode existir de duas formas. Como o já citado Ramo Serviço, quando constituídas por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego, caso da Coopifor. E ainda, no Ramo Produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens, e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção.

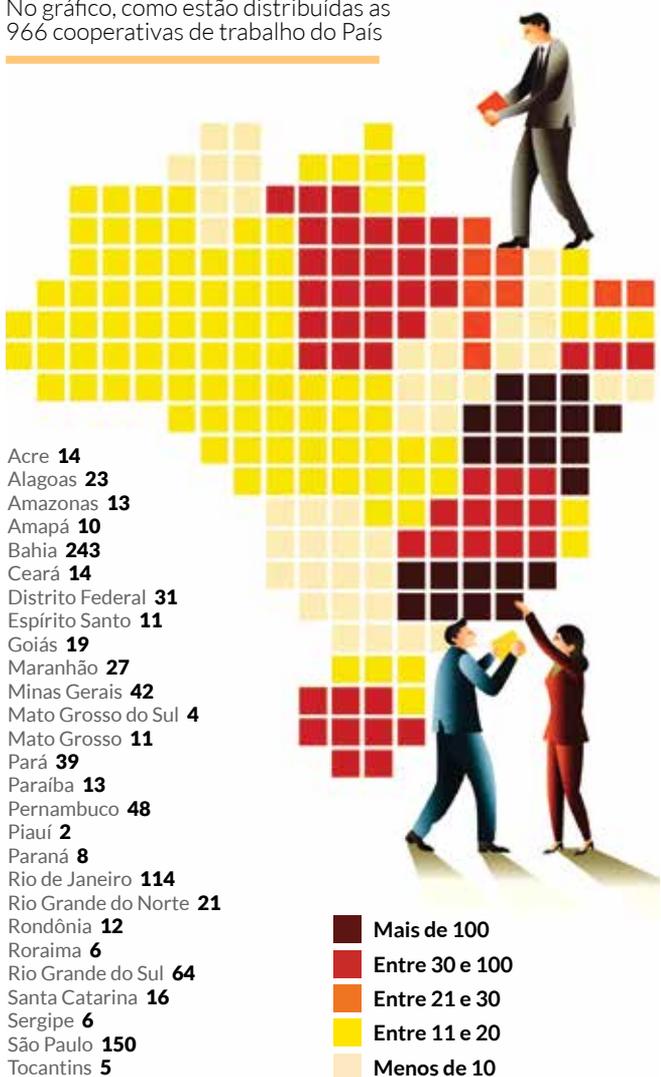
Também na capital mineira, a Saber Cooperar conheceu o trabalho da Cooperativa Autogestionária de Produção de Roupas de Cama e Mesa (Cooperbella). Uma cooperativa do Ramo Produção que fabrica roupas de cama e mesa com estamparia localizada, um processo artesanal não mais utilizado em grandes fábricas. Criada em 1998 como alternativa para assegurar o trabalho de 180 ex-funcionários de uma indústria têxtil que pediu falência, a cooperativa sobreviveu em um setor muito afetado pela concorrência de produtos importados, como os de origem chinesa.

A presidente da Cooperbella, Vera Lúcia Lopes, afirma que nesse cenário só o sistema cooperativista mantém o negócio em atividade. “Nos últimos anos, muitas indústrias têxteis de tradição fecharam as portas. Quando começamos éramos costureiras e vendedores que viram como alternativa conhecer a doutrina cooperativista. Investimos nosso dinheiro e conseguimos nos manter”. ▶

O COOPERATIVISMO DE TRABALHO NO BRASIL

Por estados

No gráfico, como estão distribuídas as 966 cooperativas de trabalho do País



Infográfico: Diego Pizzini

Mão de obra cooperada

A falta do marco jurídico provocou uma redução de cooperados de trabalho nos últimos anos

Número de associados no Brasil

2006	2007	2008	2009	2010	2011
413.777	335.286	287.241	260.891	217.127	188.644

Número de empregados nas cooperativas

2006	2007	2008	2009	2010	2011
5.595	6.682	4.997	4.243	3.879	2.738

Fonte: OCB

► Hoje, 25 cooperados trabalham na Cooperbella. Não é raro que filhos e parentes das costureiras comecem a vida profissional no local. Todos os nove cooperados fundadores que permanecem ativos já se revezaram nas atribuições administrativas, formando-se, na prática, legítimos empreendedores cooperativistas. “Posso garantir que qualquer um que saia daqui hoje adquiriu conhecimentos para iniciar o próprio negócio”, afirma Vera Lúcia.

No programa Primeiro Emprego da Cooperbella, jovens têm uma oportunidade de trabalho e também de fazer parte do conselho fiscal, aprendendo sobre o cooperativismo. Suely de Jesus Santos, 39 anos, está na cooperativa desde o início. Apesar das dificuldades, ela



Os direitos universais do trabalho valem tanto para os trabalhadores celetistas quanto para autônomos ou cooperados. Especialmente quando falamos da segurança no local de trabalho, da saúde e da proteção social para os trabalhadores e suas famílias”

JOSÉ EDUARDO PASTORE
Advogado especialista em cooperativas de trabalho



explica porque prefere esse sistema de produção. “Aqui somos um por todos e todos por um. Tomamos as decisões em conjunto, somos nossos patrões e é daí que nasce a nossa força de vontade”.

Vera Lúcia torce para que a aprovação da Lei n.º 12.690/2012 dê ao Ramo Produção a atenção que merece. “Não atendemos toda nossa demanda por falta de crédito. A tendência mundial é que as cooperativas sustentem a economia, e o governo precisa voltar a atenção para nós. Inclusive inserindo o empreendedorismo e o cooperativismo na grade escolar”, aconselha a presidente.

NOVA VISÃO

Enquanto as cooperativas enxergam a lei como um avanço, as entidades cooperativistas se preparam agora para a regulamentação da Lei n.º 12.690/2012. “Independentemente desse fato, o que importa é que a lei já deve ser observada”, enfatiza o advogado José Eduardo Pastore.

Na opinião de Geraldo Magela, é importante lembrar que a alta carga tributária prejudica a competitividade do ramo, visto que as empresas prestadoras de serviço não têm os mesmos encargos quando prestam serviços a terceiros. “Para a capacitação e treinamento de cooperados, precisamos de mais acesso aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). E o direito a recursos e fontes de financiamento de programas de incentivo, principalmente as linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal. Então, nesse campo ainda tem muito a ser feito”, pondera o representante da OCB.

É consenso entre os entrevistados que a Lei n.º 12.690/2012 foi um passo significativo no fomento do Ramo Trabalho, mas ainda existe muito a ser alcançado, até mesmo dentro do Sistema OCB, tendo o incentivo à intercooperação e à educação cooperativa como diligências imprescindíveis desse processo. A presidente da Cooperbella acredita que só a intercooperação é capaz de sustentar as cooperativas do setor têxtil frente à concorrência dos importados. “Aqui trabalhamos em parceria com cooperativas de transporte, motoboys etc. Uma maneira de valorizar uns aos outros”, desabafa Vera Lúcia.

Fica claro que a Lei n.º 12.690/2012 viabiliza a construção de um ambiente favorável ao Ramo Trabalho, desafiando inclusive o próprio setor a repensar estruturas que melhor se adequem a esse cenário de novas possibilidades. “A união entre os ramos serviço e produção admitida pela lei está oferecendo uma oportunidade de negócio que talvez não esteja sendo percebida”, afirma Magela. “É chegada a hora de ratificar as cooperativas de trabalho como um empreendimento coletivo capaz de oportunizar, gerar trabalho e renda para uma parcela significativa da nossa população”. ●

JOSÉ MIGUEL DE VITO
 Presidente da Unimed João Monlevade. Para ele, a intercooperação é importante para a Educação Cooperativista

Unimed | ft
 João Monlevade

www.minasgerais.com.br

Aleste de Belo Horizonte, a 110 quilômetros da capital mineira, está localizado o município de João Monlevade. Com mais de 73 mil habitantes, a pequena cidade é referência no Brasil por seus indicadores de crescimento social. Lá, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,807, considerado alto numa escala que vai de 0 a 1, e o Produto Interno Bruto (PIB) é o maior de sua microrregião, destacando-se na área de prestação de serviços.

Quando o assunto é cooperativismo, João Monlevade também ganha destaque. A intercooperação, um dos princípios mais defendidos do segmento, é uma prática exercida, desde 2008, por cinco cooperativas dos ramos de transporte, saúde e crédito. São elas: a de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos e Municipais (COPREMON); a de Crédito de Livre Admissão do Médio Piracicaba e do Circuito do Ouro (Sicoob CrediMepi); a de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletromecânicas (Credibelgo); e a Unimed de João Monlevade. A Cooperativa de Transporte Coopertramon é a mais recente integrante do grupo desde o ano passado.

Nessas organizações, a ação intercooperativa melhora a vida de mais de nove mil cooperados envolvidos. “Um exemplo disso é que todas elas têm plano de saúde da Unimed, que é cliente dessas demais cooperativas. Todas utilizam os serviços umas das outras”, explica o diretor presidente da Unimed João Monlevade, Miguel José de Vito. ▶

INTEGRAR PARA CRESCER

Cooperativas do interior de Minas Gerais dão exemplo de intercooperação

DA ESQUERDA PARA A DIREITA:

representantes das cooperativas Copremon, Sicoob CredMepi, Credibelgo e Unimed João Monlevade, com alunos da Escola Municipal Germin Loureiro, durante a entrega de livros no Dia C de 2011



► “Tendo, por exemplo, uma aplicação financeira para fazer, nós vamos privilegiar sempre a Credimep, a Copremom e a Credibelgo, que são bancos com raízes cooperativistas, além de serem parceiros”, complementa o médico cooperado Wagner Pessoa Arthuzo, diretor administrativo da Unimed.

Cada cooperativa tem diferentes responsabilidades nas áreas culturais, sociais e educacionais. Mas é atuando junto que essas cinco cooperativas formam uma rede de apoio social que há quatro anos trabalha para cumprir os interesses coletivos, suprir necessidades e minimizar riscos sociais. O trabalho envolve os princípios básicos do cooperativismo como a preocupação com a comunidade, educação, formação e informação.

A disseminação da cultura cooperativista nas instituições de ensino da cidade é a principal atividade dessas organizações. Desde o ano passado, apoiam o Projeto de Educação Cooperativista, realizado a partir da parceria do Sistema Ocemg com a Secretaria Municipal de Educação de João Monlevade. “O programa incluiu o tema cooperativismo no currículo das 4.ª e 5.ª séries em quatro escolas municipais: Promorar, Germin Loureiro, Monteiro Lobato e Conego Higino”, conta a gerente geral da Unimed no município, Maria Aparecida Barbosa.

MARIA APARECIDA BARBOSA

Gerente geral da Unimed, participa ativamente das ações sociais da cooperativa



WAGNER PESSOA ARTHUZO

Diretor administrativo da Unimed João Monlevade





Divulgação Credibelgo

■ CENÁRIO MINEIRO

Minas Gerais é um dos estados brasileiros que mais se destacam na intercooperação no País. Atividades do Sistema Ocemg, como o Dia C, mostram a preocupação do estado com essa importante prática. Segundo o presidente da organização, Ronaldo Scucato, “a cooperação entre essas organizações é um assunto tratado com muito cuidado, carinho e empenho pelo sistema em Minas Gerais. Resultado disso é o sucesso das ações sociais. As cooperativas passaram a atuar junto sob o ponto de vista humanitário”, destaca. Mas de acordo com Ronaldo, para que a intercooperação seja introduzida de forma mais efetiva no estado e no País, é preciso vontade e determinação. “É necessário que haja um desejo político de líderes e dirigentes, para que se consiga a consolidação da intercooperação, que é um dos princípios cooperativistas mais importantes”, destaca. O Sistema Ocemg tem representatividade de 10,6% do número total de cooperativas no Brasil, tendo 781 organizações registradas. Com uma participação anual de 7,8% no PIB mineiro, o setor agrega mais de um milhão de cooperados e 34 mil empregados, sendo responsável por uma movimentação anual de R\$ 22 bilhões.



Com o apoio das cooperativas, divulgamos o cooperativismo, mostrando às pessoas a importância desse sistema socioeconômico, para que elas não só conheçam o que é, mas, principalmente, queiram fazer parte desse importante movimento”

THAÍS LEITE

Coordenadora do Projeto de Educação Cooperativista

“Com o apoio das cooperativas, divulgamos o setor mostrando às pessoas a importância desse sistema socioeconômico, para que elas não só conheçam o que é, mas, principalmente, queiram fazer parte desse importante movimento”, comenta Thaís Leite, coordenadora do projeto.

Para o diretor presidente da Credibelgo, José Geraldo de Souza, “é muito gratificante participar dessa ação nas escolas, dando apoio por meio de doações de livros e outras atividades voltadas para a área educacional”.

Os professores são sensibilizados, mobilizados e formados para desenvolver o programa de Educação Cooperativista nas escolas da cidade, mostrando a sua importância para a melhoria social. Segundo Thaís, “os cursos são patrocinados pelo SESCOOP, que mantém uma coordenadora pedagógica nessas unidades, monitorando e acompanhando todo o material didático utilizado e reunindo, periodicamente, os educadores para atualização do conteúdo”.

Outra importante ação realizada por meio da intercooperação é o concurso de redação, lançado em julho de 2012, também direcionado aos estudantes participantes do Projeto de Educação Cooperativista. “O corpo docente das instituições trabalha assuntos relacionados ao Ano Internacional das Cooperativas em sala de aula, e os alunos elaboram, em seguida, os textos. Os autores dos três melhores foram premiados no dia 30 de agosto. O 1.º lugar recebeu R\$ 800, o segundo, R\$ 600, e o terceiro, R\$ 400”, afirma o presidente da Unimed João Monlevade, Miguel José de Vito.

Como essa atividade se baseia no tripé escola, professor e aluno, a instituição e o educador também fo-

ram premiados, recebendo quantias entre R\$ 500 e R\$ 1,8 mil. “Achamos importante que os professores também sejam reconhecidos. Afinal, eles orientaram o aluno, participaram, deram todo o suporte e merecem ser agraciados por isso”, ressalta José Geraldo. Os valores são concedidos em dinheiro ou bens pelas cooperativas que apoiam o projeto.

O Projeto de Educação Cooperativista tem como base, ainda, os oito Objetivos do Milênio (ODM), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade até 2015. “Mais especificamente, o programa obedece ao segundo e oitavo objetivos, que tratam da melhoria da educação básica e do trabalho em conjunto em prol do bem-estar de todos, respectivamente”, destaca Maria Aparecida, gerente da Unimed local.

Outras localidades, como Esmeraldas, Guanhães e Belo Horizonte (Coopen-BH) também fazem parte do programa. “A previsão é que até o ano que vem mais três municípios sejam contemplados”, explica Thaís Leite, coordenadora da ação. ●

VOCÊ NA REVISTA

Este é um espaço que dá voz ao cooperativismo brasileiro. Aqui, representantes de cooperativas, de unidades estaduais e de todo o Sistema OCB podem expressar suas opiniões e trocar experiências, além de enviar sugestões para a equipe da Revista Saber Cooperar. **Confira os comentários desta edição:**



Mande também sua contribuição para a Revista Saber Cooperar. Envie um e-mail para revistadosescoop@sescoop.coop.br. Você faz parte da nossa equipe!



“As cooperativas de Mato Grosso incorporam o sétimo princípio do cooperativismo (preocupação com a comunidade) cuidando do lugar em que vivemos. Entendo que é preciso garantir aos nossos filhos um planeta habitável e, por isso, unimos esforços para a preservação dos recursos naturais.”

1 **ADAIR MAZZOTTI**
Superintendente do Sistema OCB,
em Mato Grosso



Ascom/Prefeitura Lucas do Rio Verde



2

“A Saber Cooperar é um excelente veículo de comunicação do Sescop. Por meio dela podemos acompanhar diversas matérias e entrevistas relacionadas ao cooperativismo brasileiro. A reportagem sobre intercooperação, por exemplo, será uma grande oportunidade de mostrarmos que o Ramo Crédito e os demais ramos podem trabalhar a essência do cooperativismo na base, que são as escolas.”

2 JOSÉ GERALDO DE SOUZA

Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados das Empresas Siderúrgicas, Metalúrgicas e Eletromecânicas de João Monlevade Ltda. (Credibelgo), em Minas Gerais



3

“A filosofia cooperativista me inspirou a cursar Administração de Empresas, e meu trabalho de conclusão de curso foi baseado nesse modelo econômico.”

3 PAULO EUGENIO SILVA

Diretor financeiro da Cooperativa Autogestionária de Produção de Roupas de Cama e Mesa (Cooperbella), em Minas Gerais



4

“Uma revista que se dedica ao cooperativismo é muito respeitável, visto que esse segmento tem se tornado uma grande saída para o País. Ele trabalha o melhor do capitalismo e socialismo, atuando como uma terceira via para o desenvolvimento do Brasil. Uma revista que se dedica a mostrar isso é sempre uma ferramenta muito importante para nós.”

4 ASSIS XIMENES

Coordenador de Educação Cooperativista da Unimed Fortaleza, Ceará

5 MARINO FRANZ

Prefeito de Lucas de Rio Verde, Mato Grosso

“Grande parte do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde se deve ao trabalho das cooperativas. A primeira âncora desse desenvolvimento foi a Cooperlucas, depois a Cooagril, que trouxe a diversificação econômica, e, em seguida, a cooperativa de crédito Sicredi Ouro Verde, que proporcionou o fomento da economia local e regional. Aqui, as cooperativas sempre acreditaram nas pessoas, no município e no processo evolutivo, fazendo com que a nossa cidade crescesse.”



Construindo um mundo MELHOR

Neto do ambientalista Jacques Costeau
visita o Pantanal a convite da OCB/MT



Estamos todos conectados. Somos seres sociais e, por isso, nossos exemplos motivam e inspiram outras pessoas. Uma ideia, um produto ou uma mensagem disseminam-se rapidamente. Um ato positivo também é capaz de mobilizar uma multidão para uma boa causa”

PHILIPPE COSTEAU JR.
Neto de Jacques-Yves Cousteau, é cofundador da EarthEcho International e da Azure Worldwide

Antônio Pedro Ferreira

ENTRE AS COMEMORAÇÕES DO ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS, A CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE FEZ PARTE DA AGENDA PROMOVIDA PELO SETOR NO MATO GROSSO. EM JULHO, A ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS E O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO ESTADO (OCB-SESCOOP/MT) CONVIDARAM O AMBIENTALISTA FRANCÊS PHILIPPE COSTEAU JR. PARA CONHECER DOIS ECOSISTEMAS BRASILEIROS, O PANTANAL E O CERRADO. A INTENÇÃO FOI CHAMAR A ATENÇÃO PARA O PAPEL SOCIAL DESEMPENHADO PELO MOVIMENTO COOPERATIVISTA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL DO PLANETA.

Durante a viagem, Philippe afirmou que, em face de índices cada vez mais alarmantes relacionados ao desmatamento florestal, a poluição dos oceanos e o risco de extinção de espécies animais, a consciência ambiental precisa se tornar um tema recorrente. “Se tais iniciativas não forem ampliadas, pouco restará para as futuras gerações. As ações de cada um de nós fazem a diferença”, disse o ecologista que é filho de Philippe Cousteau e neto de Jacques-Yves Cousteau, grande defensor do meio ambiente.

Segundo ele, não se deve apenas questionar de que forma o mundo pode ser mudado, mas sim observar seu comportamento, e de que maneira isso pode impactar o meio ambiente. “Estamos todos conectados. Somos seres sociais e, por isso, nossos exemplos motivam e inspiram outras pessoas. Uma ideia, um produto ou uma mensagem disseminam-se rapidamente. Um ato positivo também é capaz de mobilizar uma multidão para uma boa causa”, acrescentou.

Phillipe está dando continuidade ao trabalho da família com a EarthEcho International. A organização fundada em 2000, em parceria com a irmã Alexandria, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivo promover projetos globais para melhorar o futuro do planeta, contando, principalmente, com o apoio da juventude.

Também correspondente da emissora de televisão norte-americana CNN Internacional, o ativista ministrou a palestra “Cooperativas: sustentabilidade econômica – social – ambiental”, onde a máxima “tudo o que você faz, conta” ditou o tom de seu discurso. O evento com cerca de 500 participantes ocorreu no dia 21 de julho, data que marcou as atividades comemorativas no estado, no Cenarium Rural, em Cuiabá. Para Philippe, o setor deve aproveitar o reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) para promover o trabalho realizado pelas cooperativas em nível global. “Essa doutrina pode proporcionar um mundo melhor”, disse Philippe, parafraseando o tema escolhido pela ONU para a celebração. ▶



1

► O ambientalista destacou ainda que, felizmente, a juventude representa um influente segmento que compreende a urgência da preservação do meio ambiente e da necessidade de iniciativas para reverter o cenário de degradação. “Mais do que nunca, os jovens têm o poder de criar mudanças positivas, se utilizando, inclusive, da tecnologia. A partir de plataformas de mídia social e recursos digitais, eles compartilham experiências e ideias dos mais diferentes locais”, elogia Philippe.

Nesse contexto, as novas gerações desempenham um papel importante na tomada de decisões ambientais, influenciando o comportamento de seus pais e orientando as famílias no que diz respeito à reciclagem, consumo, uso de energia e da água. “Os jovens de hoje têm o poder de ditar diversos costumes, sendo os hábitos de compra um deles”, ressalta.

O TRABALHO DAS COOPERATIVAS

Philippe também destacou a conscientização das cooperativas, que, preocupadas em produzir sem deixar de preservar, contribuem diretamente para o desenvolvimento do planeta. “Conhecer o que o movimento cooperativista está fazendo enriquecerá o projeto de conservação e sustentabilidade que realizo mundialmente”, disse (destacando os projetos sustentáveis visitados em Lucas do Rio Verde/MT), fazendo uma avaliação da experiência adquirida no Brasil. Para o ativista, as cooperativas têm uma importante função no fomento da sustentabilidade, principalmente porque estão presentes nas pequenas comunidades. “Dessa forma elas entendem as

necessidades das pessoas, como a exemplo de uma cooperativa do Mato Grosso, que de forma eficaz, estimula seus associados a trocarem óleo de cozinha usado por incentivos, preservando ainda mais o planeta”, elogia.

RESERVA DE TAIAMÃ – Mais do que um sobrenome famoso, Philippe herdou a paixão da família pelos temas ambientais. Na Estação Ecológica de Taiamã, unidade de conservação gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), localizada no pantanal mato-grossense, ele comentou sobre o trabalho realizado pelo governo brasileiro para preservar a flora e fauna pantaneira. “Apesar de me fazer lembrar do *Everglades National Park*, na Flórida, sem dúvida essa região é muito mais bonita e conservada”. Segundo o ativista, os desafios que os ambientalistas encontram no pantanal não são diferentes dos que existem em outros países. “Acredito em um mundo onde cada criança possa respirar o ar puro, beber água limpa e andar na grama verde sob um céu azul”.

LUCAS DO RIO VERDE – No cerrado mato-grossense, no município de Lucas do Rio Verde, Philippe se encantou com o Programa Lucas Legal, que reúne exemplos de propriedades e escolas municipais sustentáveis. O roteiro foi acompanhado pelo presidente do Sistema OCB/MS, Onofre Cezário, que comentou sobre as comemorações do Ano Internacional. “Vivemos um momento histórico, e a participação de Costeau só ratifica o compromisso do cooperativismo com a promoção do desenvolvimento sustentável”, resumiu.

EM DESTAQUE

- 1 O ambientalista a caminho da Estação Ecológica Taiamã, reserva de 11,2 mil hectares
- 2 Dirigentes acompanham a visita de Philippe Costeau
- 3 O pantanal mato-grossense, por ser uma grande extensão de terras inundáveis, é um dos maiores viveiros de jacarés do mundo



Antônio Pedro Ferreira



2

O presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, acompanhou a comitiva. Para ele, o título da ONU foi fruto da estreita relação da entidade com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com o objetivo comum de buscar o desenvolvimento econômico sustentável, a mitigação da pobreza e a intercooperação. Durante a visita, Freitas se impressionou com o crescimento ordenado em Lucas do Rio Verde. “A importância de um Plano Diretor elaborado em conjunto pelos poderes público, privado e as cooperativas é fundamental para o desenvolvimento das comunidades”.

|||||

CELEBRAÇÕES NO ANO INTERNACIONAL

SC

SANTA CATARINA E A GINCANA COOPERATIVA

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) têm realizado atividades constantes para comemorar o Ano Internacional das Cooperativas - 2012, no Brasil. A unidade de Santa Catarina, por exemplo, fez um grande trabalho de intercooperação, reunindo 15 cooperativas e 45 escolas participantes do programa Cooperjovem, na Gincana Cooperativa, que aconteceu entre julho e agosto.

O evento levou às escolas uma experiência nova: coparticipação em vez da competitividade tradicional. As tarefas tiveram como base os princípios do cooperativismo e a responsabilidade social. Foram doados livros, brinquedos, agasalhos e alimentos a diversos municípios. A gincana mobilizou, ao total, mais de 20 mil pessoas em todo o estado.



Fique por dentro:
www.oces.org.br/cooperjovem
<http://www.facebook.com/cooperjovemsc>

SP

SÃO PAULO FESTEJA O ANO DAS COOPERATIVAS

Nos próximos meses, o estado de São Paulo comemorará o Ano Internacional das Cooperativas, 2012, com a população. Serão três eventos em parques e praças

MS

SEMINÁRIOS E PREMIAÇÕES EM MATO GROSSO DO SUL

O Sistema OCB/MS criou uma programação intensa para comemorar o Ano Internacional das Cooperativas. Vários municípios realizaram eventos e sessões solenes nas prefeituras. Entre os destaques, está o IV Seminário Jurídico do Cooperativismo, que contou com a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. Na pauta, aspectos legais e o desenvolvimento equilibrado das cooperativas embasaram o debate. Ainda como parte da programação mato-grossense, foi realizado o III Prêmio OCB/MS de Jornalismo.

RO

RONDÔNIA DOANDO VIDA

A mobilização das cooperativas de Rondônia durante todo o mês de julho foi responsável por coletar mais de 250 bolsas de sangue em quatro cidades que participaram da campanha de doação, realizada pelo Sescoop/RO. A ação teve início no Dia Internacional do Cooperativismo (7 de julho) e encerrou no fim do mesmo mês.

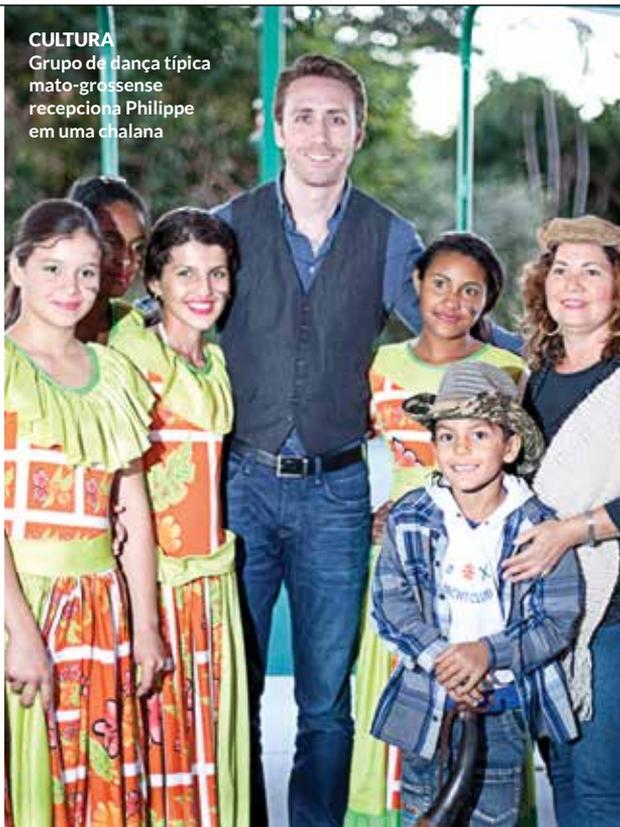
Só no município de Jarú foram recolhidas 140 bolsas em apenas dois dias de evento. Cooperativas e sociedade aceitaram muito bem o gesto, em especial as cooperativas educacionais. ▶

3



Antônio Pedro Ferreira

CULTURA
Grupo de dança típica mato-grossense recebe Philippe em uma chalana



Antônio Pedro Ferreira

GO

FESTA DO COOPERATIVISMO EM GOIÁS

O dia do Cooperativismo foi comemorado em grande estilo em Goiás. Cooperados de 224 organizações do estado participaram da festa que lotou o Parque Flamboyant no dia 7 de julho. Entre as atrações principais, Almir Sater, Nilton Pinto e Tom Carvalho animaram o público. A programação contou ainda com exposições de 23 cooperativas.

RJ

CICLO DE PALESTRAS MARCA O DIA DO COOPERATIVISMO NO RIO DE JANEIRO

O Sistema OCB-Sescoop/RJ reuniu diretores, conselheiros e representantes de cooperativas em um dia de palestras na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Na oportunidade, os presentes lembraram os avanços do cooperativismo no Brasil e o reconhecimento por parte do Governo, que fortaleceu a implementação do setor na pauta da Rio+20.

MG

CORRIDA DA COOPERAÇÃO REÚNE 3 MIL PARTICIPANTES EM MINAS GERAIS

A 1.ª Corrida da Cooperação, promovida pelo Sistema Ocemg, mobilizou mais de três mil pessoas na Praça da Pampulha, em Belo Horizonte. Atletas profissionais, amadores, cooperados e participantes de vários municípios

mineiros competiram no evento, que tinha como objetivo aproximar mais a sociedade do setor cooperativista. No dia 26 de julho, uma cerimônia comemorativa ao 90.º Dia Internacional do Cooperativismo foi realizada, em Belo Horizonte. Cerca de 600 convidados estiveram presentes no evento que homenageou as cooperativas que completam 50 anos em 2012 e o governador do estado.

PR

FÓRUMCOOP 2012

Em comemoração ao Ano Internacional das Cooperativas, o Sistema OCB, a Ocepar e várias cooperativas do Paraná têm encontro marcado no FórumCoop 2012, que acontece em Carambeí (PR), de 22 a 24 de novembro. Com o slogan "o Paraná mostrando o futuro", cooperados terão a oportunidade de conhecer o trabalho de outras organizações e pensar, coletivamente, em estratégias de crescimento para as cooperativas paranaenses.

Debates sobre a importância do segmento no País, metas para o futuro e apresentação de cases de sucesso do setor subsidiarão o encontro que contará com a presença do embaixador especial da FAO, Roberto Rodrigues; o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes; o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski; entre outras personalidades.

RS

RIO GRANDE DO SUL PROMOVE VÁRIOS EVENTOS PARA COOPERADOS

Em comemoração ao Ano Internacional das Cooperativas, as organizações gaúchas marcarão várias atividades para os próximos meses. Só em setembro, são pelo menos cinco eventos a serem realizados com o apoio do Sistema Ocergs-Sescoop/RS. Entre os destaques, o estado realiza no dia 3 setembro a Conferência sobre Cooperativismo, com a participação do embaixador especial da FAO, Roberto Rodrigues. Ainda no mesmo mês, a Cotrijal - Cooperativa Agropecuária e Industrial comemora 55 anos com o evento "Cooperando com qualidade".

Em outubro, as cooperativas realizam o Encontro de Jovens, no dia 10, no município de Três de Maio. Por fim, o Seminário Internacional do Cooperativismo ocorre no mesmo mês, nos dias 17 e 18, e marca a parceria entre o SESCOOP/RS e a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR/RS). ●

Saiba Mais
JACQUES-YVES COUSTEAU



wikipedia

Jacques-Yves Cousteau foi um oficial da marinha francesa, documentarista, cineasta e oceanógrafo. Mundialmente conhecido por suas viagens de pesquisa, a bordo do Calypso, Cousteau e Émile Gagnan foram os inventores do *aqualung*, o equipamento de mergulho autônomo que substituiu os pesados escafandros. Ele também participou como piloto de testes da criação de aparelhos de ultrassom para levantamentos geológicos do relevo submarino e de equipamentos fotocinematográficos para trabalhos em grandes profundidades. Jacques Cousteau conquistou o Oscar em 1956 com o documentário "O mundo silencioso", filmado no Mediterrâneo e no Mar Vermelho. Mas o próprio Cousteau confessa que, em seus primeiros filmes, não tinha nenhum tipo de preocupação ecológica. No total, foram quatro longas-metragens e 70 documentários para a televisão.

Fonte: wikipedia



NO CAMINHO CERTO

“São indiscutíveis
os avanços do
cooperativismo
de crédito”

SIDNEI CORRÊA MARQUES

Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural do Banco Central do Brasil, no qual, entre outros cargos, atuou como chefe do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias, foi Consultor da Diretoria de Fiscalização e chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação

Todo o sistema financeiro deve primar pela solidez e eficiência, condição essencial para que possa desempenhar bem suas funções em prol da sociedade. As cooperativas de crédito entendem claramente essa realidade e, com o fim de cumprir seu papel social, têm atuado fortemente para serem estáveis e eficazes, e para conquistarem maior representatividade no Sistema Financeiro Nacional. De um lado, essas organizações estão fazendo isso ao promover a inclusão financeira em localidades e segmentos sociais que nem sempre são atendidos pelos bancos tradicionais e, de outro, ao contribuir para o desenvolvimento das cidades em que estão instaladas, incrementando a economia local e fomentando atividades econômicas, especialmente os empreendimentos individuais e as micro e pequenas empresas. Como resultado, verifica-se a ampliação da oferta de produtos e serviços, elevando, de forma saudável, o nível da concorrência.

Nesse contexto, são indiscutíveis os avanços quantitativos do cooperativismo de crédito nos últimos anos. De 2002 a 2011, o número de associados passou de 1,6 milhão para 5,8 milhões, um crescimento de 262%. A quantidade de postos de atendimento cresceu de 3,6 mil, em dezembro de 2005, para mais de 4,8 mil, em abril de 2012. Se comparada aos postos de atendimento do sistema bancário, a rede seria a quarta maior do País, perdendo somente para os três maiores bancos múltiplos, o que bem ilustra a força do segmento.

Entretanto, ainda há muito espaço para evolução. Atualmente, o número de associados representa apenas 5% da população economicamente ativa do Brasil, e a participação nas operações de crédito do sistema financeiro equivale a cerca de 2%. Existem meios para a ampliação desses resultados e o Banco Central vem envidando seus melhores esforços para a consolidação e o crescimento do segmento cooperativista. O objetivo dessas ações é manter a competitividade em um mercado cada vez mais disputado, principalmente agora, com a redução das taxas de juros e o aumento da concorrência no Sistema Financeiro Nacional, o que exige maior eficiência das cooperativas na intermediação financeira e na prestação de serviços.

Para isso, o Banco Central tem propiciado um arcabouço normativo, de organização e de supervisão que assegure condições adequadas para um ambiente de negócios competitivo, favorecendo a construção de práticas operacionais sólidas e sustentáveis ao longo do tempo.

No aspecto normativo, essa Autarquia contribuiu para a modernização da regulamentação nos últimos anos. Cabe agora ao sistema cooperativo ocupar o caminho deixado para sua evolução, como o estabelecimento de diretrizes de atuação sistêmica, a aprovação da política de governança em Assembleia Geral e, ainda, a fixação de padrões mínimos de procedimentos de gestão e de estruturas de controle.



No aspecto normativo, essa Autarquia (Banco Central) contribuiu para a modernização da regulamentação nos últimos anos. Cabe agora ao sistema cooperativo ocupar o caminho deixado para sua evolução”

Pelo lado da organização, o Banco Central tem atuado de modo a construir um sistema cooperativo cada vez mais bem preparado para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades à frente. Sob o aspecto da supervisão, as ações implementadas estão voltadas para consolidar no País um sistema cooperativo hígido, que melhor atenda às necessidades financeiras da população.

Contudo, o Banco Central não deve agir isoladamente. Para que o ramo cooperativista intensifique o atual ritmo de crescimento, é indispensável que as cooperativas promovam a racionalização de seus custos, aumentando a sua competitividade sem comprometer a qualidade dos serviços prestados.

É essencial que haja uma verticalização do sistema, por meio da filiação das cooperativas a entidades centrais e a confederações, no sentido de permitir que cooperativas sejam mais bem acompanhadas e auxiliadas, inclusive no tocante ao apoio técnico e operacional e à gestão de riscos, com medidas que preservem os interesses de cada associado e a estabilidade do segmento como um todo. Reflexo disso será a maximização do retorno que essas organizações trarão aos associados, por meio da oferta de produtos e serviços com maior qualidade e a preços mais competitivos, bem como pela via da distribuição de sobras.

A fusão entre cooperativas também é benéfica para fortalecer o setor. Nos últimos anos, algumas instituições se uniram e, dessa forma, conseguiram aprimorar o atendimento aos associados, aumentar a eficiência operacional, diminuir custos e gerar ganhos em escala. Outro movimento importante tem sido o compartilhamento de soluções tecnológicas e operacionais. Amparados pela regulamentação vigente, esses movimentos têm resultado em crescimento sustentado do setor e, ademais, na inclusão de mais segmentos sociais e econômicos no cooperativismo.



Divulgação Banco Central

É fundamental, ainda, ampliar as áreas geográficas de atuação dessas organizações, bem como seu quadro social, principalmente por meio da adoção da modalidade de livre admissão, agregando maior número de pessoas com potencial para o associativismo. Outro aspecto relevante é a especialização da gestão, fator importante no projeto estratégico “Governança Cooperativa”, idealizado e conduzido pelo Banco Central. As ações desse projeto são a adoção das melhores práticas de governança, incluindo a profissionalização e a capacitação de seus executivos e colaboradores, o que tem gerado uma mudança cultural em relação ao tema.

Para que todas essas ações sejam alavancadas e as cooperativas de crédito alcancem um desenvolvimento sustentável, entendo que três metas precisam ser trabalhadas entre o Banco Central e o segmento cooperativista: adoção do regime de cogestão; utilização de auditoria externa especializada; e criação do fundo garantidor de créditos.

A regulamentação do regime de cogestão, de que trata o art. 16 da Lei Complementar n.º 130/2009, respaldará a atribuição de poderes e de responsabilidades aos próprios sistemas, por meio de suas cooperativas centrais e de suas confederações. Uma vez que tais poderes sejam exer-

cidos com plenitude e integral responsabilidade, essas organizações minimizarão as intervenções do Banco Central, aumentando a solidez do setor.

Quanto ao equacionamento das questões relacionadas à auditoria externa especializada, a ideia é reduzir a superposição de competências, o que racionalizará custos e assegurará a confiabilidade das demonstrações financeiras e das metodologias de controle. Nesse sentido, é bastante importante o fortalecimento da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC) e de outras entidades de auditoria especializadas no cooperativismo de crédito que venham a surgir.

A criação do fundo garantidor de créditos, por sua vez, aumentará e consolidará a confiabilidade do público em geral no segmento cooperativo. Com esse fundo, será possível construir uma rede consistente de proteção ao sistema, que propicie melhores condições de concorrência às instituições. Além disso, esse fundo garantidor, de abrangência nacional, será o primeiro instrumento de unicidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.

Além de proteger depositantes e investidores, esse fundo deverá atuar no saneamento e na recuperação das cooperativas associadas, apoiando fusões e incorporações, e realizando operações especiais de assistência financeira, seguindo a mesma tendência de atuação do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) no sistema bancário. Tudo isso evidencia o grau elevado de maturidade alcançado pelo cooperativismo brasileiro.

O atual cenário de estabilidade e de solidez é favorável às mudanças aqui apresentadas, e o Banco Central tem procurado atuar de forma harmônica e coordenada com as entidades representativas do setor em várias frentes, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento e a ascensão do Ramo Crédito no Sistema Financeiro Brasileiro. ●



Diva Benevides Pinho

Pioneira no estudo do cooperativismo brasileiro, a pesquisadora fundou o Instituto e a Casa da Cultura Carlos e Diva Pinho



Arquivo Funcardi

O desenvolvimento do cooperativismo brasileiro foi marcado pela atuação de grandes personalidades. Muitos foram os pesquisadores ou cooperados que, por meio de suas ações práticas ou estudos, serviram de base para o atual cenário de prosperidade do setor. Em homenagem a esses significativos colaboradores, a **Revista Saber Cooperar** lança este espaço, no qual histórias serão contadas. Nesta edição, destacamos uma das primeiras brasileiras a publicar pesquisas e estudos acadêmicos sobre o Cooperativismo, com destaque para o agronegócio cooperativo e as cooperativas de crédito, a professora doutora em Economia da Universidade de São Paulo (USP) Diva Benevides Pinho.

Professora emérita pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), economista e advogada, escritora, artista plástica e idealizadora da Fundação e Instituto Carlos e Diva Pinho, iniciou sua relação com o cooperativismo em 1960, ano em que a pesquisadora realizou sua tese de doutorado sobre o desenvolvimento econômico das cooperativas no Brasil. “Naquela ocasião, a escolha do tema não foi bem aceita entre meus colegas economistas, nem entre meus familiares, porque o ‘modismo’ era a macroeconomia e não a microeconomia”, conta Diva. “Porém, o assunto

me fascinou de tal forma que constitui até hoje o objeto de meus estudos e reflexões”.

A tese de doutorado da economista foi a primeira sobre cooperativismo na Universidade de São Paulo. Esse fato desencadeou, em todo o País, uma crescente demanda pública e privada de novas pesquisas acadêmicas, consultorias e cursos sobre vários ramos cooperativos, com destaque para o agronegócio e o crédito. E assim Diva desenvolveu pesquisas e começou a publicar trabalhos que hoje integram sua vasta bibliografia e inclui títulos amplamente consultados por analistas econômicos, estudantes e professores universitários.

Sua atuação internacional inclui cursos e palestras em vários países da União Europeia, América Latina e África. Entre 1996 e 2000, a professora presidiu o “Comitê de Gênero” da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a representou na Aliança Cooperativa Internacional (ACI) durante a gestão de Roberto Rodrigues, o primeiro presidente não europeu eleito para dirigir a entidade. “Dediquei-me à análise da relação dos gêneros nas cooperativas, isto é, ao entrosamento entre o trabalho feminino e masculino no setor, em um ambiente de igualdade e responsabilidade”, diz.

Em 2000, publicou um livro em inglês e português sobre o assunto, intitulado “Gênero em Cooperativas – compartilhando igualdade e responsabilidades”.

Uma coletânea de suas palestras em Congressos da ACI. “Minha avaliação é que a participação da mulher brasileira no mercado de trabalho, ou sua saída do lar para ‘trabalhar fora de casa’, ocorreu pacificamente, quando comparada a outros países do mundo. E hoje, as brasileiras investem em sua própria formação profissional (há mais mulheres em cursos superiores que homens) e estão disputando cargos em profissões até então consideradas tipicamente masculinas. Um quadro de igualdade bastante favorável”, pontua.

Entre os prêmios que recebeu, Diva gosta de destacar o “Edificador do Cooperativismo de Crédito Padre Theodor Amstadt”, outorgado em 2001 pela Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito. Para a pesquisadora, a aceitação do cooperativismo pelos economistas macroeconômicos consolidou-se em 2009, graças aos estudos da professora da Universidade de Indiana (EUA) Elinor Ostrom, a primeira mulher a receber o Prêmio Nobel de Economia. Seu trabalho abordou a governança de recursos de propriedade comum, cujos arranjos institucionais, desenvolvidos ao longo dos anos, criaram uma relação cooperativa sustentável entre os seres humanos e os ecossistemas.

Atualmente, a professora dedica-se à análise das cooperativas de crédito e, especialmente, ao papel socioeconômico do microcrédito para a nova classe média emergente, que já ultrapassa 100 milhões de indivíduos ou mais da metade da população. “Tenho feito pesquisas em parceria com o historiador do Cooperativismo, o professor Valdecir Palhares, presidente do Sicoob Central Amazônia. Coordenamos as publicações de dois livros sobre crédito cooperativo com a participação de vários especialistas e técnicos brasileiros, pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional”.

Mas, sem dúvida, uma de suas contribuições mais significativas para o fomento do cooperativismo ocorreu em 2011, com a inauguração da FuncaDi e da Casa da Cultura Carlos e Diva Pinho. Localizado em um casarão da década de 50, na cidade de São Paulo, o elegante espaço está aberto a exposições artísticas, *workshops*, debates, saraus e serve como um ambiente ideal ao compartilhamento de conhecimentos. “Eu e meu esposo idealizamos essas atividades como forma de levantar fundos para retribuir à USP a oportunidade que ambos tivemos em cursar gratuitamente duas faculdades cada um”. Dessa forma, Diva tem participado do desenvolvimento de uma cultura de cooperação com os Amigos da FEA-USP, para seguirem o exemplo dos ex-alunos das grandes universidades dos EUA, Europa e Japão, que enviam, voluntariamente, contribuições periódicas a suas faculdades.

Em comemoração ao Ano Internacional do Cooperativismo, a Casa da Cultura Carlos e Diva Pinho inaugurou, em julho deste ano, a Sala do Cooperativismo,

um recinto dedicado a atividades culturais cooperativas. “Começamos com uma homenagem especial ao Embaixador do Cooperativismo junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Roberto Rodrigues, por sua brilhante trajetória pelas mais importantes organizações de representação do cooperativismo brasileiro e internacional”, afirma Diva.

Embora “aposentada de direito, mas não de fato”, como costuma dizer, é notável seu dinamismo e entusiasmo em atividades de pesquisa e de orientação de teses da FEA-USP. Atualmente é conselheira da Organização das Cooperativas do estado de São Paulo (Ocesp), e de diversos núcleos educacionais cooperativistas do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), da Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace), da Faculdade de Economia da USP-Ribeirão Preto, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, entre outras.



O cooperativismo não era bem visto entre meus colegas, nem entre meus familiares, porque, na época, o modismo era a macroeconomia e não a microeconomia. Porém, o assunto me fascinou de tal forma que constitui até hoje o objeto de meus estudos e reflexões”

Com uma vida dedicada ao ensino, é direta ao definir o que deve ser feito para a consolidação do setor. “A educação é sempre muito importante como base para o desenvolvimento, não somente dos jovens, mas da população em geral. Em nosso País, há um desconhecimento muito grande das vantagens do auxílio mútuo, da cooperação, da soma de esforços, da força que resulta da união”, diz.

Para ela, o cooperativismo, tanto do ponto de vista teórico como doutrinário e prático, está mais difundido nas regiões Sudeste e Sul, onde há maior concentração de mão de obra especializada que busca resolver seus próprios problemas pelo auxílio mútuo cooperativista. “Graças aos recursos do Sescoop, multiplica-se em todo o País o ensino do trabalho cooperativo, de construção de uma economia de face humana, a cooperativista”, conclui. ●



Casa da Cultura Carlos e Diva Pinho
Rua Almirante Pereira Guimarães, 314
Pacaembu, São Paulo - Cep: 01250-000
Telefone: (11) 3862-1925

CAPACITAÇÃO, RESULTADOS E RECONHECIMENTO

Sucesso nas grandes empresas, as práticas da gestão por competência melhoram também o desempenho de cooperativas





COM O OBJETIVO DE ALCANÇAR A EFICIÊNCIA NOS NEGÓCIOS, RECONHECER O TRABALHO DE SEUS COLABORADORES E RETER TALENTOS, AS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS REALIZAM DIVERSAS AÇÕES NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS. ENTRE ELAS, O REDIRECIONAMENTO DO PERFIL PROFISSIONAL DOS EMPREGADOS, A FIM DE SUPRIR AS DEMANDAS DE MERCADO. ELES SÃO DESAFIADOS A REALIZAR NOVAS ATIVIDADES, CONVIVER COM COLEGAS DE OUTRAS ÁREAS, ATENDER DE FORMA DIFERENCIADA OS CLIENTES E, AINDA, GERAR RESULTADOS.

A fim de gerenciar bem essas mudanças no contexto organizacional, algumas empresas têm implementado, no seu ambiente de trabalho, a chamada gestão por competência, uma nova forma de organizar a política de gestão de pessoas, priorizando o desenvolvimento profissional dos colaboradores, alavancando o desempenho e, conseqüentemente, sendo mais eficaz ao enfrentar a competitividade no mercado.

A Unidade Nacional do Sescop e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) já implantaram esse modelo em suas sedes e estão em fase de desenvolvimento no âmbito das unidades estaduais. A gestão por competência faz parte do Planejamento Estratégico 2010-2013, prevista como uma das ações a serem adotadas para que a entidade alcance os objetivos institucionais, além de contribuir para o desenvolvimento do cooperativismo de forma integrada e sustentável. “Nós já mapeamos as competências e já estruturamos o plano de cargos, carreiras e salários, com padrão de remuneração de mercado, e a metodologia de avaliação de desempenho. Agora estamos estruturando o processo de educação corporativa que busca o desenvolvimento das competências. Dessa forma, temos o Sistema de Gestão de Pessoas por Competências – SGPC estruturado”, afirma Ana Cláudia de Oliveira d’Arce Lima, gerente de Gestão de Pessoas do Sescop.

Segundo ela, a ideia é que a metodologia proporcione ao Sescop “a possibilidade de capacitar ainda mais seus profissionais, de acordo com as competências necessárias para desenvolver os produtos e serviços que a instituição tem de oferecer às cooperativas, além de preparar essas pessoas para trabalhar ainda mais alinhadas à estratégia da organização para gerar os resultados esperados”. ▶

COMO APLICAR A GESTÃO POR COMPETÊNCIA

► A prática pode ser aplicada por qualquer organização, e especialistas afirmam que não há mistério para desenvolver a metodologia. O primeiro passo é identificar os riscos de processos de trabalho e elaborar planos que possibilitem ações preventivas, em seu quadro funcional, para alcançar o sucesso desejado. O segundo passo é ponderar se as atividades realizadas pelos profissionais estão compatíveis com o objetivo da empresa. “Qualquer líder ou gestor pode fazer isso. Basta verificar o potencial e a capacidade de pessoas que estão em determinadas funções e se são aptas a realizá-las e gerar resultados”, comenta o diretor de educação da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), Luiz Edmundo Rosa.

No âmbito das cooperativas, esse processo pode ser realizado, por exemplo, no acompanhamento sistemático das atividades dos colaboradores, conversando com eles sobre os processos de trabalho, percebendo dificuldades e, principalmente, possíveis potencialidades. “A participação deles na construção do modelo é fundamental para garantir seu sucesso. Somente dessa forma será legítimo e bem aceito por todos. Por isso eles

devem ser envolvidos em todas as fases, desde a construção até a implementação efetiva.”, conta a gerente de Gestão de Pessoas do Sescop Nacional, Ana Cláudia.

Para esse processo de identificação, Luiz Edmundo destaca que é preciso seguir uma metodologia que pode ser aplicada pela área de Recursos Humanos ou por uma assessoria, dependendo da realidade da cooperativa ou empresa. “Esse método deve ser validado pela própria empresa ou pela cooperativa e deve mostrar quais ações deverão ser realizadas para adequar as capacidades técnicas e pessoais aos objetivos da organização,” explica.

A ideia é proporcionar o desenvolvimento contínuo de competências, “no qual a empresa transfere seu patrimônio para os indivíduos, preparando-os para enfrentar novos desafios; e as pessoas, por sua vez, aprimorem suas capacidades individuais, transferindo-as para a organização”, como afirmam a MBA em Recursos Humanos Andrea Vieira Soares e o mestre em Economia Empresarial George Albin Rodrigues de Andrade, no artigo “Gestão por Competência – Uma questão de sobrevivência em ambiente empresarial incerto”.

SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIA DA OCB E SESCOOP

O modelo de gestão de pessoas por competência foi escolhido para o Sescop e a OCB, por permitir o alinhamento das pessoas à estratégia organizacional. Além disso, ele agrega valor não somente à organização, mas também aos indivíduos. Ele é composto por processos centrais que se articulam pelas competências – captação, remuneração, cargos e carreiras, educação corporativa e gestão do desempenho – e pelos processos de apoio – gestão do conhecimento, gestão do clima e qualidade de vida – todos alinhados à estratégia organizacional.



OS TIPOS DE COMPETÊNCIA

Após essa fase, o diretor da ABRH explica que as empresas e também as cooperativas devem fornecer meios para orientar, treinar, acompanhar e motivar os colaboradores em suas atribuições. As competências devem ser trabalhadas em pelo menos duas dimensões: dos indivíduos e da organização.

A primeira, como defende muitos autores especialistas nessa área, pode ser desenvolvida por meio do tripé: conhecimento, habilidade e atitude (CHA), no qual devem ser trabalhadas a formação acadêmica do profissional (conhecimento), as práticas e as experiências do colaborador dentro daquela determinada função que ele exerce (habilidade) e o comportamento humano das pessoas dentro da organização (atitude). “As pessoas precisam saber como está o seu desempenho. Se a gente não der esse retorno, não poderemos ajudá-las a crescer profissionalmente”, explica o diretor.

Na área de Recursos Humanos, empresas e cooperativas podem – e devem – formar e desenvolver as competências individuais de seus funcionários por meio de ações de capacitação para reduzir as lacunas identificadas na ocasião da avaliação de desempenho. Como consequência, terão subsídios para remunerar adequadamente o colaborador, bem como fazer um planejamento de carreira que permita uma perspectiva de crescimento.

Quanto às competências relacionadas às organizações, é preciso aperfeiçoar questões ligadas à estrutura, missão e demais características das cooperativas e empreendimentos. Para Luiz Edmundo, “é um processo que prevê o amadurecimento e integração dos profissionais quanto aos objetivos. Os funcionários devem ter ciência sobre a conduta ideal, quais são os valores, as estratégias e os resultados a serem alcançados. Eles devem ter um domínio completo do que se espera da função deles”.

Esses objetivos devem ser compartilhados pelos dirigentes de forma recorrente e proativa com seus colaboradores. No ambiente cooperativista, isso pode ser feito por meio das assembleias geral e ordinária, para divulgar informações em relação ao cenário atual da cooperativa, como prestações de contas, relatórios, planos de atividades, destinações de sobras, fixação de honorários e quaisquer assuntos de interesse dos cooperados, além de deliberar sobre reforma do estatuto, fusão, incorporação, desmembramento e mudança de objetivos.



É necessário implementar uma cultura de gestão que é muito mais abrangente e contínua que o momento pontual da avaliação de desempenho”

ANA CLÁUDIA,
gerente de Gestão
de Pessoas do
Sescoop

UMA DECISÃO COLETIVA

O diretor de educação da ABRH, Luiz Edmundo Rosa, explica que, para a gestão por competência dar certo, é preciso que todos estejam envolvidos. “Se não for uma decisão de todo o grupo, a instituição não conseguirá colocar esse processo para frente. A fundamentação disso é que o desejo de querer melhorar, de tornar as coisas mais eficientes e mais produtivas seja coletivo”, destaca. Nesse sentido, o trabalho possibilitará um nível de engajamento maior, promovendo um processo maduro de melhoria e evolução.

Para Ana Cláudia, da área de Gestão de Pessoas do SESCOOP, “é necessário implementar uma cultura de gestão que é muito mais abrangente e contínua que o momento pontual da avaliação de desempenho. Isso significa desenvolver o hábito de fornecer *feedback* construtivo para o colaborador, permanentemente, de forma que seja possível fortalecer as suas entregas. Isso deve ser uma prática adotada em todos os níveis da organização, desde a diretoria, como patrocinadora e referência do modelo, até os gerentes de linha”.

UMA ATIVIDADE CONTÍNUA

A gestão por competência, para ter sucesso, precisa ser entendida como um movimento contínuo. Afinal, as mudanças no quadro funcional ocorrem sempre. Com o passar dos anos, as pessoas recebem novas funções e devem ter suas ferramentas profissionais complementadas para continuar gerando resultados positivos à organização na qual trabalha.

“É preciso realizar um processo de avaliação constante, que tomará como base as competências organizacionais e as individuais, acompanhando assim o processo de desenvolvimento das pessoas, ou seja, se elas estão ou não evoluindo conforme desejado”, explica Luiz Edmundo.

O modelo de competências é convergente à filosofia cooperativista, que busca o desenvolvimento e a inclusão de pessoas. Por isso, a possibilidade de ele ser aceito e gerar resultados no âmbito das cooperativas é significativa. ●

**BOM DIA COOPERADO**

Projeto proporciona
apresentação de música
aos associados

PREOCUPAÇÃO COM A COMUNIDADE

Engajadas ao sétimo princípio, cooperativas elaboram ações para melhorar a qualidade de vida de cooperados e sociedade

As cooperativas brasileiras têm, em sua essência, a responsabilidade de garantir que os municípios cresçam de forma sustentável, respeitando os direitos do cidadão. De norte a sul do País, essas organizações realizam atividades dentro da esfera social, com o objetivo de gerar renda e, principalmente, promover melhorias nas regiões em que estão instaladas.

No Ceará, a Unimed Fortaleza se destaca pelas atividades que oferece. As ações da cooperativa foram reconhecidas, por seis vezes, pelo Prêmio Delmiro Gouveia, que divulga o relevante desempenho de empresas e demais instituições cearenses nos setores econômico e social.

As iniciativas sociais dessa organização atendem a todo tipo de público e são fundamentadas em três pilares de atuação: saúde, bem-estar e cidadania. Na área da saúde e na social, por exemplo, existe o programa Memória Viva, desenvolvido com os idosos do Lar São Francisco de Assis, localizado no Bairro do Cocó. “Oferecemos serviços de saúde e promoção social,

inserindo-os na sociedade, promovendo qualidade de vida a essas pessoas e mostrando sua importância”, explica o médico responsável pelo Instituto Unimed Fortaleza, Rômulo Barbosa.

Para os cooperados, são disponibilizados programas como o Bom Dia Cooperado e o Jornada Unimed Fortaleza, todos organizados pela coordenação de Educação Cooperativista. O primeiro comemora os aniversários dos médicos associados, apresenta a situação da cooperativa e propicia um momento de encontro entre todos da organização. O presidente da Unimed Fortaleza, Mairton Lucena, explica que “é um tempo especial que integra ainda mais os cooperados, atualizando-os sobre o que acontece na cooperativa, debatendo conceitos cooperativistas, compartilhando resultados e desafios”, ressalta.

Já o programa Jornada oferece um dia de palestras sobre temas como Filosofia, Superação etc. Personalidades como o escritor e dramaturgo Ariano Suassuna, o jornalista e filósofo Clóvis de Barros e o médico Eliano Pellini já participaram do evento. “São mais de 200 cooperados conhecendo novos assun-



Oferecemos serviços de saúde e promoção social, inserindo-os na sociedade, promovendo qualidade de vida a essas pessoas e mostrando sua importância”

RÔMULO BARBOSA
Médico responsável pelo Instituto Unimed Fortaleza



É um tempo especial que integra ainda mais os cooperados, atualizando-os sobre o que acontece na cooperativa, debatendo conceitos cooperativistas, compartilhando resultados e desafios”

MAIRTON LUCENA
Presidente da Unimed Fortaleza



São mais de 200 cooperados conhecendo novos assuntos, discutindo outras áreas. Todo mundo sai com o pensamento diferente e com novas ideias”

ASSIS XIMENES
Coordenador da área de Educação Cooperativista da Unimed Fortaleza



tos, discutindo outras áreas. Todo mundo sai com o pensamento diferente e com novas ideias”, conta o coordenador da área de Educação Cooperativista, Assis Ximenes, cooperado e médico responsável por essas ações dentro da Unimed.

Para Assis, outro programa importante é o Célula de Cultura, que tem como objetivo despertar ou incentivar o lado artístico dos médicos associados. “Promovemos lançamentos de livros, abrimos oportunidades para leitura de recitais ou apresentações de música, entre outras atividades”, conta.

Segundo o médico, existem, ainda, atividades voltadas aos colaboradores como o projeto “Dançando no RHítmo”. Todas as sextas-feiras, no período de janeiro a julho, os funcionários recebem aulas de dança que visam a melhorar a saúde e tornar o trabalho humanizado. “Nesses dias, aproximamos as pessoas por meio da dança, proporcionando momentos de descontração e lazer aos colaboradores da Unimed Fortaleza”, conta o médico.

DE OLHO NO FUTURO

Recentemente, foi implantado o Instituto Unimed Fortaleza, que atua em outros projetos de caráter cultural, educativo e social, resgatando a identidade ética, o protagonismo e a responsabilidade socioambiental da comunidade.

Pensando no futuro de crianças de 11 a 14 anos, o instituto, em parceria com a cooperativa Unimed Fortaleza, desenvolve o programa “Inclusão Digital e Cidadania”. Segundo o médico responsável pelo Instituto, Rômulo Barbosa, “são fornecidas capacitações nas áreas de formação humana, direitos da criança e do adolescente, democratização do acesso às tecnologias da informação e produção textual”.

E para a população jovem do Ceará, a organização também executa o projeto “De Olho no Futuro”, que qualifica e forma meninos e meninas com idade entre 15 e 22 anos, a desenvolver a autoestima, a inovação, a comunicação e o empreendedorismo. Uma parte da turma é composta por filhos de colaboradores e a outra é aberta ao público. “O que nós queremos é ampliar as oportunidades de acesso desses adolescentes ao mercado de trabalho. Muitos deles acabam sendo absorvidos pela própria Unimed ou por instituições parceiras”, explica Rômulo.

ATIVIDADES PARA CLIENTES

O Programa Saber Viver, desenvolvido pela Medicina Preventiva da Unimed Fortaleza, organiza oficinas direcionadas aos clientes que apresentam fatores de risco à saúde ou doenças crônicas como hipertensão, diabetes, obesidade, depressão, tabagismo, dentre outros. Para esse público, é ofertado apoio psicoeducativo, por meio de sessões presenciais semanais, conduzidas por uma equipe interdisciplinar da cooperativa formada por médicos, nutricionistas, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, educadores físicos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e auxiliares.

Outro projeto importante e que já faz parte do calendário da cidade é a Corrida Unimed Fortaleza. O evento acontece na mesma semana do Dia do Médico, comemorado em 18 de outubro. Na última edição, correram cerca de dois mil atletas, entre cooperados e público em geral. ●

SOLIDARIEDADE E CIDADANIA: UMA CULTURA DO COOPERATIVISMO

Quarta edição do Dia de Cooperar em Minas Gerais

PROMOÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL SÃO VALORES DEFENDIDOS POR MAIS DE 200 COOPERATIVAS MINEIRAS QUE PARTICIPARAM DA QUARTA EDIÇÃO DO DIA DE COOPERAR (DIA C), REALIZADO EM 1.º DE SETEMBRO. DESDE 2009, O SISTEMA OCEMG ASSUMIU O COMPROMISSO DE ESTIMULAR O VOLUNTARIADO NO ESTADO, INTEGRANDO COOPERATIVAS, COOPERADOS, COLABORADORES E PARCEIROS EM PROJETOS QUE ACONTECERAM SIMULTANEAMENTE EM VÁRIAS CIDADES.

A missão do Dia C está alinhada ao *slogan* do Ano Internacional das Cooperativas, “Cooperativas constroem um mundo melhor”, e pretende, com sua realização anual, ajudar pessoas a transformar suas vidas. Com isso, a meta é proporcionar um mundo mais justo e feliz.

O número de inscritos tem aumentado significativamente a cada ano. As ações sociais tornaram-se compromisso assíduo das organizações que marcam presença no Dia C e dão continuidade aos projetos dentro de sua área de atuação. Fato que o presidente do Sistema Ocemg, Ronaldo Scucato, considera marcante para voluntários e para a população que recebe os serviços. “Com o dia C, nós mostramos à sociedade que o cooperativismo faz a diferença por meio do voluntariado. Realizamos ações em várias áreas que



influenciam na melhoria da qualidade de vida das pessoas nas comunidades em que estão inseridas”, declara o presidente.

A coordenadora do projeto, Cláudia Mello, também não esconde o contentamento com a disposição e o engajamento dos mineiros. “Minas Gerais tinha a necessidade de envolver cidadãos em projetos que prezassem pelo bem-estar de toda a sociedade. O ato de ajudar é totalmente harmonioso com o cooperativismo; faz parte do nosso dia a dia contribuir com o processo laboral para obtermos um resultado coletivo satisfatório. Estamos caminhando e ganhando o reconhecimento da população, que se aproximou muito dos cooperados. É um saldo muito positivo”, comenta.



INTEGRAÇÃO SOCIAL

Cooperados reunidos na Praça JK, em Belo Horizonte (MG), em celebração ao Dia C

Divulgação Ocemg

PRIORIDADES

A motivação é o primeiro passo para o trabalho voluntário. “A ação é uma via de mão dupla. É boa para quem ajuda e para quem recebe o benefício”, defende Scucato. No entanto, é preciso um direcionamento que determinará o que a cooperativa ou o cooperado desenvolverão melhor. Para realizar uma ação pontual, faz parte da metodologia do Dia C estabelecer uma lista de prioridades e identificar quais serão compartilhadas pelos voluntários.

“Não há como fazer o Dia C sozinho, por esse motivo é um evento tão importante. Para alcançar o objetivo de assegurar a felicidade a todos, é preciso fazer um mapa e identificar as necessidades daquela comunidade. Nesse sentido, a missão das cooperativas é equacionar os problemas para obter resultados eficazes. A melhor maneira é apostar nas atividades que têm mais chances de ser concluídas com sucesso”, explica Cláudia.

Esses critérios já mostram resultados em serviços básicos como a saúde. A mobilização beneficente foi responsável pela reparação de hospitais públicos no estado e pelo reforço do atendimento médico. “É um exemplo claro de como o espírito colaborativo se tornou uma política dentro das cooperativas mineiras”, ratifica Cláudia.

Com o sucesso do Dia C, Cláudia Mello comenta que a expectativa é convocar ainda mais gente e expandir a ideia a outros estados. “A iniciativa parte do coração, e é contagiante perceber como influencia o sorriso e o cotidiano de quem se dispõe a contribuir. Sem dúvida alguma, o voluntariado muda a nossa percepção de vida e só notamos isso quando o realizamos sem esperar nada em troca. Desejo mesmo que sirva de exemplo”, diz a coordenadora.

INTERCOOPERAÇÃO PARA O FUTURO VALADARENSE

As cooperativas de Governador Valadares uniram forças e contabilizaram cerca de dois mil atendidos no dia de mobilização e trabalho filantrópico. Com o diferencial da prática de intercooperação, o Dia C valadarense foi marcado por serviços médicos, estéticos e registro de união estável de vários casais. O evento reúne diversas cooperativas em torno de um mesmo objetivo: atender o maior número de pessoas.

Juliana Pio é responsável por acompanhar os programas locais e ressalta que a participação do município no Dia C é valiosa. “A intercooperação tem feito sucesso, porque reafirmamos o compromisso social e não deixamos que iniciativas como essas sejam esquecidas. Ao contrário, Governador Valadares tem caminhado bem e unido, melhorando a vida de cada um com ações de longo alcance. O próximo passo é abraçar os projetos individuais e aplicá-los no ambiente coletivo”, conclui. ●



Para saber mais sobre o Dia C, acesse www.minasgerais.coop.br/diac

PROUNI PARA ESTUDANTES DE COOPERATIVAS

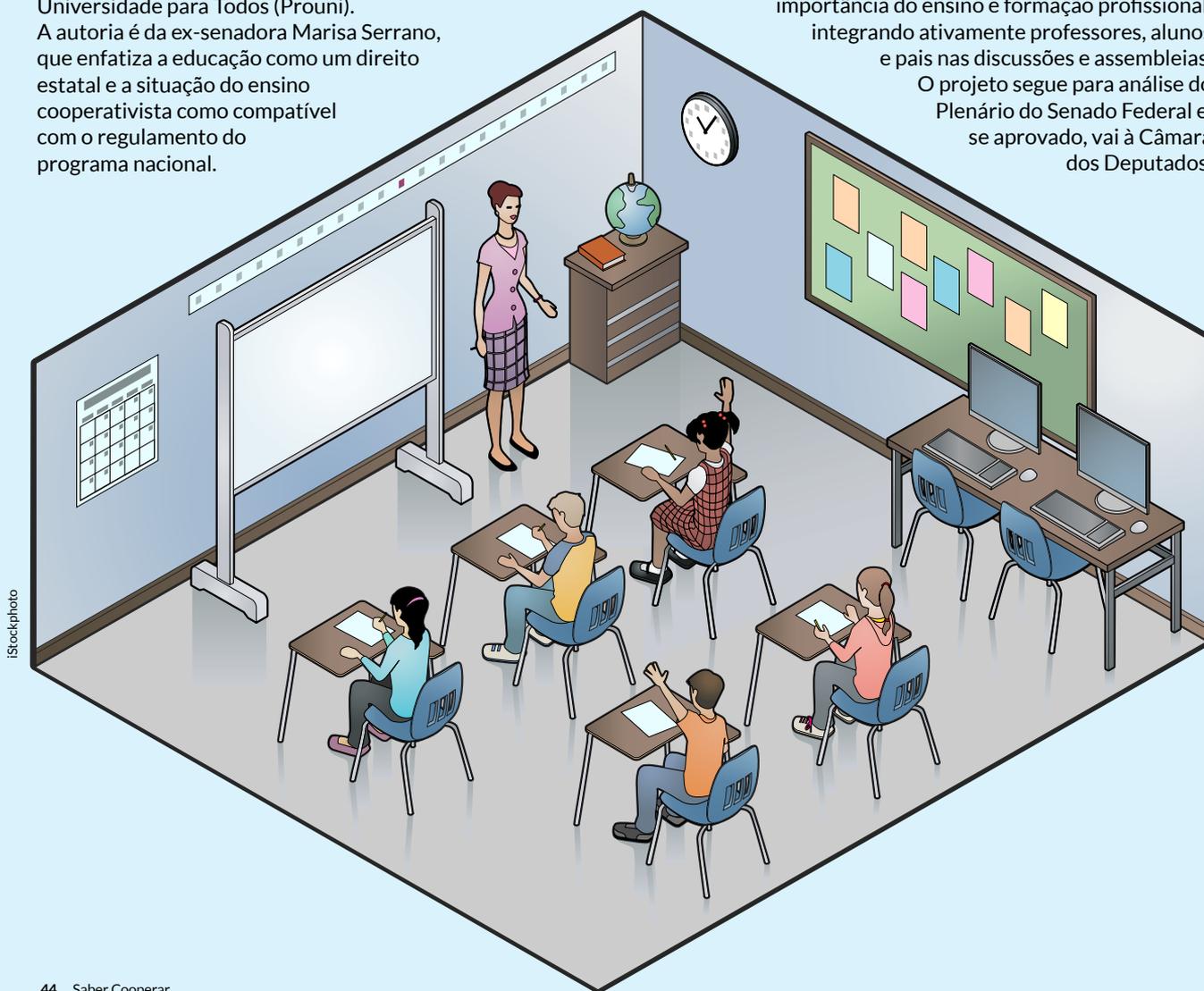
Senado aprova ingresso desses alunos no programa federal

Foram nove anos até que as cooperativas educacionais perdessem o título de escolas comunitárias e fossem reconhecidas por lei. Agora, o setor vive outro momento importante de sua história. Recentemente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei do Senado n.º 250/2009, que concede aos estudantes das instituições cooperativistas acesso ao Programa Universidade para Todos (Prouni). A autoria é da ex-senadora Marisa Serrano, que enfatiza a educação como um direito estatal e a situação do ensino cooperativista como compatível com o regulamento do programa nacional.

“O objetivo é ampliar as oportunidades de acesso às bolsas do Prouni para alunos comprovadamente carentes e que possam ter sucesso na educação superior”, explica.

O relatório final – que levou à aprovação – veio nas palavras do senador Pedro Simon, que corrobora com o interesse das escolas beneficiadas e “que são mantidas sem fins lucrativos”. Essas instituições reforçam a importância do ensino e formação profissional, integrando ativamente professores, alunos e pais nas discussões e assembleias.

O projeto segue para análise do Plenário do Senado Federal e, se aprovado, vai à Câmara dos Deputados.



8.º PRÊMIO COOPERATIVA DO ANO

Dividido em sete categorias, este ano ele está aberto a todos os ramos

O Prêmio Cooperativa do Ano foi reformulado em sua oitava edição. Este ano, todas as cooperativas regulares com o Sistema OCB podem participar, independentemente do ramo ou porte. Além disso, a inscrição agora é eletrônica. A premiação está separada em sete categorias: inovação e tecnologia; desenvolvimento sustentável; cooperativa cidadã; comunicação e difusão do cooperativismo; fidelização; benefícios; e atendimento. Outra novidade é a possibilidade de premiar as cooperativas também em âmbito estadual, sendo essa etapa facultativa. Já a premiação nacional reconhecerá os três primeiros lugares em cada categoria, no dia 20 de novembro, em Brasília (DF). Com o tema “Cooperativas constroem um mundo melhor” – slogan do Ano Internacional das Cooperativas –, o objetivo é mostrar como as organizações estão atuando para obter bons resultados tanto para os cooperados, quanto para a comunidade. O prêmio é promovido pelo Sistema OCB em parceria com a revista Globo Rural, da Editora Globo.



Divulgação



Confira o regulamento no **site:**
www.cooperativadoano.coop.br
e participe

CÚPULA INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS

Líderes cooperativistas do mundo inteiro têm encontro marcado em outubro

Mil e quinhentos membros de 90 países participarão do principal encontro do Ano Internacional das Cooperativas. O evento (Cúpula Internacional das Cooperativas) acontece de 8 a 11 de outubro em Quebec, Canadá, e reúne líderes do setor para debater “O extraordinário Poder das Cooperativas” e metas para o futuro. A ocasião será marcada pela realização de mesas-redondas, fóruns simultâneos, estudos de caso e um encontro final para discussão de projetos, com previsão de resultados até o ano 2030. Um dos objetivos é discutir, em escala mundial, questões atuais e futuras relacionadas ao cooperativismo, a fim de criar uma verdadeira esfera de influência nos meios econômicos e políticos. O intuito é criar um entusiasmo em novos empreendedores e jovens líderes pelos movimentos cooperativistas e mutualistas. Por esse motivo, a cúpula é aberta para participação de universitários, pesquisadores e economistas interessados no segmento. Nomes e organizações do governo e do setor também somam-se ao debate. Entre os temas do encontro, a cúpula destaca análises

que identificam a atuação e o espaço ocupado pelas cooperativas no atual cenário econômico mundial. Também são considerados o desempenho na gestão, a evolução das atividades cooperativistas e ainda a influência sociopolítica.

Atualmente, o cooperativismo conta com mais de um bilhão de membros no mundo e movimenta 1,1 bilhão de dólares em negócios globais, segundo informações da própria comissão organizadora do evento. A promessa é de que os líderes estabeleçam uma rede de cooperativas e entidades mutualistas com maior influência econômica e política em nível mundial e, por conseguinte, fomentem o crescimento do setor.



Saiba mais sobre o evento
e como participar em:
www.2012intlsummit.coop/site/home

■ LIVRO

GOVERNANÇA COOPERATIVA – DIRETRIZES E MECANISMOS DA GOVERNANÇA EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Autor: Banco Central do Brasil

Por dez anos o Banco Central do Brasil (BCB) estudou o processo econômico do sistema cooperativista de crédito, a fim de entender e identificar com clareza as razões que fizeram deste segmento uma das áreas que mais se desenvolveram nos últimos tempos. O resultado da pesquisa deu origem ao livro “Governança Cooperativa – Diretrizes e Mecanismos da Governança em Cooperativas de Crédito”, que aborda os fatores que permeiam a política de boas práticas e governança entre milhares de cooperativas de crédito brasileiras. Por meio de um trabalho detalhista, que tem como foco o processo evolutivo, a obra destaca quatro entre as principais diretrizes utilizadas pelas cooperativas: a representatividade e a participação; direção estratégica; gestão executiva; e fiscalização e controle. Todas elas, ações que se somaram às práticas cooperativistas, renderam bons resultados e fortalecimento ao setor.

O livro é estruturado em duas partes. Enquanto a primeira apresenta o histórico das cooperativas de crédito no Brasil, a segunda aponta os argumentos, diretrizes e a atuação propriamente dita dos líderes cooperativistas nesse contexto, também considerados na pesquisa de uma década.



Divulgação



Disponível em versão
online e gratuita:
www.bcb.gov.br

■ LIVRO

ECONOMIA E GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES COOPERATIVISTAS

Autor: Sigismundo Bialoskorski Neto

Na comemoração do Ano Internacional das Cooperativas – 2012, o professor Sigismundo Bialoskorski resgata a história do cooperativismo, destacando os aspectos que impulsionaram e aqueceram a economia das organizações do setor.

Em “Economia e Gestão de Organizações Cooperativistas”, o professor – que também desenvolveu modelos matemáticos e teorias sobre o assunto – utiliza os fundamentos da Economia Neoclássica, Nova Economia Institucional, Economia de Custos de Transação e Agency, para traçar um modelo de gestão ideal. O livro já está em sua 2.ª edição e pode ser encontrado no *site* da Editora Atlas, nas melhores livrarias.

■ LIVRO

CORDEL DO AGRO

Autor: Roberto Rodrigues

A realidade vivida por agropecuários de todo o mundo ganhou uma interpretação diferenciada com o lançamento do “Cordel do Agro”. Os versos foram criados pelo ex-ministro da agricultura, atual embaixador especial do cooperativismo e também professor Roberto Rodrigues, como forma de inovar sua metodologia de ensino.

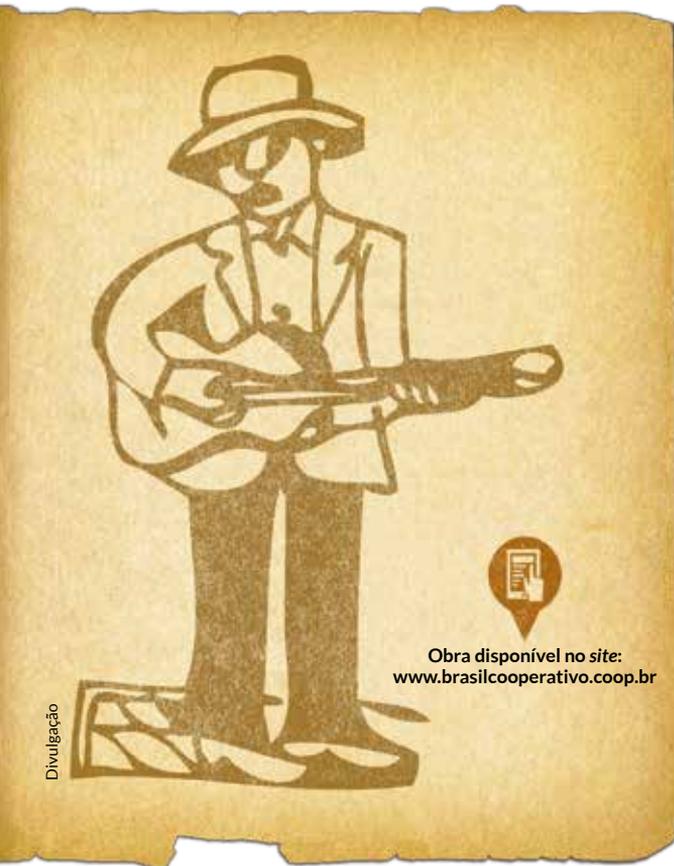
O cordel já foi publicado pela Fundação Getúlio Vargas e tem sido modelo para vários empresários e fazendeiros. De fácil entendimento, o embaixador intercala as rimas com gráficos e dados que contabilizam o desempenho do setor, geração de empregos, produção e desenvolvimento tecnológico.



Divulgação



Obra disponível nos melhores sebos digitais e livrarias



Divulgação



Obra disponível no site: www.brasilcooperativo.coop.br

■ LIVRO

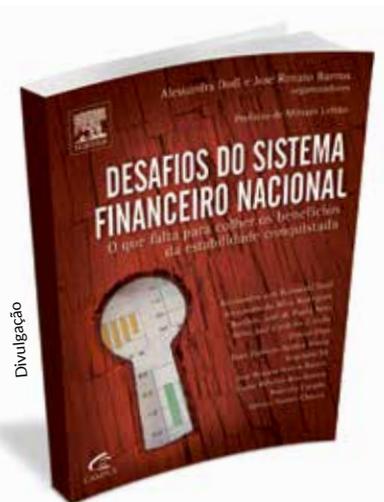
DESAFIOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL: O QUE FALTA PARA COLHER OS BENEFÍCIOS DA ESTABILIDADE CONQUISTADA

Autor: José Barros e Alessandra Dodl

Organizado por José Barros, Alessandra Dodl e com a colaboração de vários servidores do Banco Central do Brasil, o livro é uma análise das relações entre órgãos reguladores, governo e acionistas do mercado com a gestão do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O objetivo da publicação é promover uma reflexão entre todos os setores que movimentam a economia, considerando os obstáculos que interpõem o caminho para a estabilidade monetária e financeira. São dez capítulos de um trabalho que interessou também ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), ganhando, então, uma versão digital em espanhol. O livro foi indicado ao Prêmio Jabuti 2012 na categoria Economia, Administração e Negócios pela amplitude do tema e detalhamento, que permitem uma interpretação e aplicação conceitual a ser adequada de acordo com os interesses e realidade de cada setor econômico.



Obra disponível nos melhores sebos digitais e livrarias



Divulgação

@ VOCÊ COOPERANDO

Mande sua sugestão de pauta para a Revista Saber Cooperar. Informe os amigos, fale do seu evento e dê uma dica de um livro ou filme interessante.
E-mail: revistadosescoop@sescoop.coop.br
Tel.: (61) 3217 - 1526

Crescem as oportunidades para o Ramo Crédito



Em meio às oscilações do mercado financeiro, cooperativas ganham espaço, com destaque para seus diferenciais competitivos

Nos últimos anos, o Brasil tem passado por importantes mudanças econômicas. Uma delas é a redução da taxa básica de juros (Selic) pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que, de forma mais acentuada no primeiro semestre, chegou a 8%, podendo baixar ainda mais, alcançando um índice estimado de 7,5% ao ano, até o fim de 2012. O menor patamar da história do Copom.

Para alguns economistas, apesar de aparentemente positivas, essas medidas estão longe de aliviar a vida dos brasileiros em um curto prazo. Nem todos os bancos estão repassando a queda da Selic, por exemplo, aos empréstimos, e um dos reflexos disso é o aumento da inadimplência no País. As dívidas da população cresceram 19,1%, na primeira metade de 2012, em comparação ao mesmo período do ano passado, segundo o Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor. Nessa mesma linha,



Ilustração: Diego Pizzini

estão os números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), confirmando que pelo menos 47% das famílias ainda possuem muitas contas a pagar.

De forma distinta e em um ambiente voltado para as soluções financeiras das pessoas, as cooperativas de crédito apresentam taxas de juros justas e tarifas mais adequadas à realidade de seus sócios. Além disso, oferecem atendimento personalizado e possibilitam a participação na distribuição das sobras – retorno dos excedentes gerados pela cooperativa no ano, que serão distribuídos proporcionalmente às operações realizadas pelos sócios – gerando economia e renda, além de proporcionar uma melhor condição de vida para cada um dos seus cooperados.

Dados divulgados pelo Banco Central, em junho deste ano, demonstram que as cooperativas de crédito apre-

sentaram, no primeiro trimestre de 2012, um desempenho bem acima da média do mercado financeiro em seus principais indicadores. O número do ativo alcançou 6,36%, enquanto nas demais instituições esse índice chegou a 4,02%. Nos três primeiros meses do ano, foi registrado ainda um crescimento no patrimônio líquido de 5,45%, o dobro do encontrado no setor. Em relação aos empréstimos, houve um aumento de 5,7% contra os 2,39% apontados pelos bancos. Já nos depósitos, houve um crescimento de 9,69% enquanto a média do mercado foi de 0,48%.



Segundo o gerente do Ramo Crédito do Sistema OCB, Silvio Giusti, esses números foram alcançados principalmente em função dos “diferenciais competitivos” das cooperativas, pois “esse tem sido um momento muito oportuno para que potencializem ainda mais os diferenciais de mercado, ampliando a sua participação na economia nacional, fidelizando e atraindo mais cooperados”, ressaltou o gerente.

O primeiro diferencial, segundo Giusti, é o relacionamento entre a cooperativa de crédito e seus associados. Nos bancos, os tomadores de serviço são apenas correntistas que geram lucro ao dono e aos acionistas. No caso das cooperativas, os usuários são os próprios donos do negócio. “Ao ter uma relação de proprietário, o sócio assume para si a responsabilidade e o poder de conduzir a sua própria instituição financeira, participando da tomada de decisão, das assembleias e do processo de governança, sabendo quais são os seus deveres e, em contrapartida, beneficia-se de uma série de vantagens”, explica.

Dessa forma, como proprietários, os cooperados têm, ainda, a possibilidade de buscar as melhores soluções financeiras e a de seus parceiros de acordo com suas necessidades. O usuário aplicador pode procurar taxas mais satisfatórias de remuneração e os tomadores de crédito e investidores buscam juros mais adequados para os empréstimos. “São eles que escolhem como será aplicado o dinheiro da cooperativa, definem a política operacional e precificam, de acordo com a demanda, os produtos e serviços que serão oferecidos”, contextualiza Silvio. ▶



► Em um mercado em que a credibilidade é a principal moeda de troca, as cooperativas de crédito também ganham destaque por oferecer transparência no atendimento e na utilização do dinheiro aplicado por seus associados. “Ao conseguir taxas de aplicações, juros menores no empréstimo e tarifas justas, no fim, o cooperado acaba ficando com o resultado disso, ou seja, essa quantia pode ir para a conta-corrente dele ou ser reinvestida na cooperativa”, afirma.

RECURSOS BEM INVESTIDOS

No Pará, a Unicred-Belém é um exemplo de cooperativa que investiu em melhorias para atender à comunidade e a seus 1,7 mil cooperados, entre médicos e outros profissionais. Preocupada com o futuro da comunidade e com a promoção do consumo consciente, essa unidade inaugurou, no ano passado, uma nova sede com estrutura moderna e sustentável. O prédio é coberto por placas de captação de energia solar e 100% das lâmpadas são de Light-emitting Diode (LED), comprovadamente mais econômicas que as tradicionais. Cem por cento da água da chuva é armazenada em cisternas e captada para abastecimento. O estacionamento possui iluminação indicativa de vagas livres e ocupadas. A ideia é diminuir a poluição, com a redução da emissão de monóxido de carbono. Existem também instalações adaptadas para atender aos cooperados portadores de necessidades especiais.

Como sociedade autônoma, as cooperativas de crédito também oferecem um diferencial no relacionamento com as comunidades. Silvio comenta que “de forma muito mais dinâmica do que uma instituição financeira convencional, elas têm a capacidade de se adaptar às necessidades financeiras do local, estabelecendo uma linha de crédito para essas demandas e, com isso, conseguem auxiliar pessoas, organizações e populações que precisam de serviços específicos”.

Foi o que aconteceu em São Paulo, com a criação e desenvolvimento da Sicoob Credicitrus no município paulista de Bebedouro. Inicialmente conhecida como Cooperativa de Crédito Rural Coopercitrus (Credicitrus), foi fundada em 1983 com o principal objetivo de dar suporte financeiro à Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo (Coopercitrus). Anos depois, por meio da parceria com o Banco Cooperativo do Brasil, a cooperativa ganhou autonomia e expandiu suas agências, hoje espalhadas por todo o estado de São Paulo, e, ainda, em Minas Gerais, na região do Triângulo.

Em 2010, com o respaldo do Banco Central, a Sicoob Credicitrus modificou seu estatuto e adotou nova razão social. Além de manter todas as operações voltadas para o produtor rural, passou a oferecer outros serviços bancários, como conta-corrente, cheque especial, depósitos à vista e a prazo, poupança e financiamentos.



Ao conseguir taxas de aplicações, juros menores no empréstimo e tarifas justas, no fim, o cooperado acaba ficando com o resultado disso, ou seja, essa quantia pode ir para a conta-corrente dele ou ser reinvestida na cooperativa”

SILVIO GIUSTI

Gerente do Ramo Crédito do Sistema OCB



Ilustração: Diego Pizzini



MOEDA COMEMORATIVA

O cooperativismo brasileiro e por consequência o Ramo Crédito recebeu um reconhecimento importante. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, em julho deste ano, o lançamento da moeda especial em comemoração ao Ano Internacional das Cooperativas: 2012. A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em reconhecimento ao segmento. Cunhada em prata, a moeda comemorativa apresentará a logomarca oficial e o *slogan* do ano: “Cooperativas constroem um mundo melhor”. Inicialmente, serão produzidas 3,5 mil unidades, podendo aumentar para, no máximo, 10 mil. “A iniciativa é um reconhecimento da importância do cooperativismo para o desenvolvimento do País e, em especial, do Ramo Crédito, que tem ajudado a tornar o mercado financeiro cada vez mais sólido e eficiente”, destacou Silvio Giusti. Após o lançamento, previsto para outubro deste ano, as moedas poderão ser adquiridas diretamente nas regionais do Banco Central ou no *site* do Banco do Brasil (www.bb.com.br). O valor estimado é em torno de R\$ 180,00 a unidade. O pagamento poderá ser feito em dinheiro, por meio de boleto bancário disponível no endereço eletrônico do Banco do Brasil no item “moedas comemorativas”, ou por transferência eletrônica. No caso da compra pela internet, as moedas serão enviadas pelos Correios. Reservas poderão ser feitas somente de dez a 15 dias antes do seu lançamento.

“Em razão das necessidades locais, passamos a aceitar também, como cooperados, profissionais de saúde, engenheiros agrônomos e proprietários de micro e pequenas empresas”, explicou a diretora administrativa da Sicoob Credicitrus, Maria Madalena Rocha. Na maioria das localidades onde está instalada, a cooperativa funciona das oito da manhã às cinco da tarde e ainda abre aos sábados, pela manhã, para atender melhor à comunidade.

A Credicitrus oferece aos seus cooperados vantagens como juros mais acessíveis do que aqueles praticados no mercado, tarifas reduzidas para as principais operações e, ao final de cada exercício, um retorno ao associado em relação aos resultados das operações feitas por ele, parte em espécie, parte capitalizado.

Por essa excelência e segurança em atendimento, a Sicoob Credicitrus conseguiu conquistar mais de 60 mil cooperados, em 47 localidades de atendimento, incluindo sua sede no município de Bebedouro. Em 2011, o patrimônio líquido chegou a 691 milhões de reais, ativos totais de 2,72 bilhões de reais e saldo de operações de crédito de 1,44 bilhão de reais. Há dois anos, atingiu o grau máximo de segurança de crédito (*rating* A3), conferido pelo LFRating Riskcoop, organismo que analisa sistematicamente e com neutralidade as organizações do setor financeiro.

Assim como a Sicoob Credicitrus, outras 1,2 mil cooperativas desenvolvem esse trabalho para 5,8 milhões de cooperados, facilitando a vida dessas pessoas em todo o País. “Mas tudo isso ainda precisa ser muito mais difundido e reconhecido pelos brasileiros”, ressalta Silvio Giusti. Para ele, o Brasil deve caminhar gradativamente para uma mudança cultural, que deve ser alicerçada pelo forte investimento em educação cooperativista e

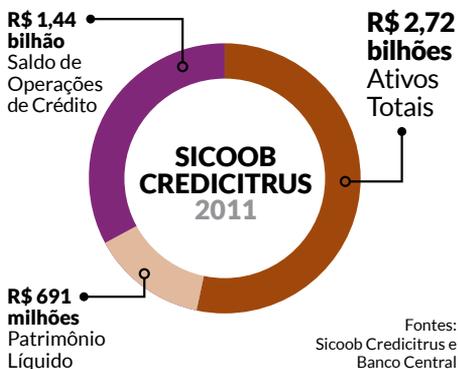
financeira no sentido de valorizar e poupar o dinheiro. “No momento em que essa consciência for mais ampla e extensiva, obviamente as pessoas fugirão de todas as taxas exorbitantes que pagam e buscarão alternativas mais atrativas, como é o caso das cooperativas”, completa.

Para ele, existe muito espaço para acontecer uma grande transformação dentro das cooperativas brasileiras. Muitas delas, dos segmentos de transporte, educação, produção e turismo, por exemplo, possuem um grande potencial para ampliar sua relação financeira com as cooperativas de crédito. “Essa intercooperação é importantíssima não só para o desenvolvimento do setor no País, mas para o próprio crescimento das cooperativas, que terão menos custos e mais facilidades”, destaca o gerente.

Até o final de 2012, a expectativa é que o Ramo Crédito alcance 6,5 milhões de cooperados (o que daria mais de 6,5% da população brasileira economicamente ativa) e atinja mais de cinco mil pontos de atendimentos (agências) em todo o País. Espera-se também que os números de ativos financeiros dessas cooperativas superem um total de R\$ 100 bilhões. ●

O POTENCIAL ECONÔMICO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Abaixo, números do Patrimônio Líquido da cooperativa paulista. À direita, a quantidade de operações financeiras dessas instituições em comparação aos bancos



5,45% foi o aumento do Patrimônio Líquido apresentado pelas cooperativas de crédito nos três primeiros meses de 2012

6,5 milhões é a expectativa para o número de cooperados alcançados pelo Ramo Crédito em 2012 no Brasil

R\$ 100 bilhões é o número de ativos financeiros esperados para essas cooperativas até o final de 2012

EXCELÊNCIA NA GESTÃO: ESPAÇO NO MERCADO

Novo programa desenvolvido pelo Sescoop prepara cooperativas para que evoluam em sua gestão a fim de gerar valor para a sociedade

Mais de 6,6 mil cooperativas em todo o País são responsáveis pela geração de trabalho, renda e promoção social de nove milhões de brasileiros. Essas organizações atuam em 13 áreas econômicas importantes e buscam, diariamente, conquistar seu lugar no mercado.

A concorrência não é fácil, e ganham somente aqueles que inovam em boas práticas de gestão com foco em desenvolvimento de ações estratégicas de atendimento ao cliente, responsabilidade socioambiental, melhoria de processos, maximizando os recursos disponíveis com planejamento de longo prazo e administrando bem os imprevistos.

Disseminar essa cultura dentro das cooperativas brasileiras é um desafio para os técnicos das unidades estaduais do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). E para atender a essa necessidade, a Gerência de Monitoramento do Sescoop está elaborando o Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC).

O projeto, que será lançado ainda este ano e aplicado em 2013, em todo o País, tem como objetivo desenvolver esses modelos de gestão dentro das cooperativas, aprimorar os processos de produção, reduzir custos e aumentar a produtividade e a competitividade das organizações.

Por meio do PDGC, as cooperativas farão um autodiagnóstico referente a aspectos como planejamento estratégico, gestão, governança, relacionamento com o cooperado, legislação, entre outros. Tudo isso por meio de uma metodologia em ambiente *web* contendo dois questionários: um de diagnóstico e outro de autoavaliação.

No primeiro, as cooperativas responderão a questões de conformidade legal e de práticas de gestão já utilizadas com os cooperados. Identificando oportunidade de melhorias, oferecemos o nosso outro programa (Programa de Acompanhamento da

Gestão Cooperativista I – PAGC I), porque “entendemos que trabalhar a excelência na gestão também é estar com a parte legal bem resolvida”, explica a gerente de Monitoramento e Desenvolvimento do Sescoop, Susan Miyashita Vilela.

No segundo questionário, serão avaliadas as práticas de gestão e governança corporativa, conforme critérios como liderança e constância de propósitos, visão de futuro, orientação por processos, valorização de pessoas, conhecimento sobre cliente e mercado, responsabilidade social e geração de valor.

Em todo o processo, os sete princípios cooperativistas são abordados. A intercooperação, por exemplo, é constantemente discutida em cada questão. “Nós queremos saber se há preocupação em contratar outras cooperativas para fornecer matéria-prima, distribuir seus produtos etc. Isso tudo está relacionado à melhoria de resultados, e a metodologia mostra isso”, explica a participante da GEMDC do Comitê de Gestão da Diretriz de Monitoramento e Desenvolvimento Giulianna Fardini.

As questões obedecem a uma mesma estrutura de múltipla escolha, com alternativas que vão da letra “a” à “d”, aumentando a pontuação da primeira para a última.

Todo o processo metodológico foi desenvolvido utilizando como base o Modelo de Excelência em Gestão (MEG) da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ), empresa que é referência na disseminação de fundamentos da excelência em gestão para organizações brasileiras de diversos setores e portes.

Para adaptar o MEG à realidade das cooperativas, foi criado um grupo de trabalho formado por técnicos do Sescoop e consultores da FNQ. “Somamos o nosso conhecimento à experiência prática do Sistema Cooperativista”, explica a gerente de Programas e Parcerias da (FNQ) e coordenadora do projeto na Fundação, Juliana Iten. “Esse grupo desenhou, em conjunto, os questionários com a linguagem e os requisitos legais da boa gestão cooperativista”, completou. ▶

EXCELÊNCIA
DA GESTÃO
Até outubro
serão capacitados
150 técnicos do
Sescoop Nacional



► Foram realizadas várias reuniões entre os profissionais da FNQ e do Comitê de Gestão do Sescoop, composto pelos técnicos da unidade nacional e das estaduais do Amazonas, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

Para Maurício Cordeiro Alves, gerente geral de Desenvolvimento de Cooperativas do Sescoop, a participação desses profissionais foi fundamental ao processo. “Eles avaliaram se o que foi pedido estava de acordo com a realidade das cooperativas. Preocuparam-se ainda com a facilidade do preenchimento para essas organizações, procurando sempre trabalhar de forma educativa e autodidática, pois os cooperados terão de fazer sozinhos”, explica.

Como o propósito do projeto é ser aplicável a todas as cooperativas, os técnicos também trabalharam para que os questionários estivessem de acordo com as



Fizemos os últimos ajustes de conteúdo e linguagem e finalizamos a primeira fase do projeto, que são justamente os questionários”

JULIANA ITEN
consultora
da FNQ



André Conti

necessidades de cada ramo e porte. “Queremos atender a todo mundo com esse projeto, desde as cooperativas com processos mais estruturados até aquelas que ainda estão com a gestão cooperativista em desenvolvimento, estas principalmente”, explica Susan.

Para ela, as cooperativas não devem se desencorajar por não cumprirem os requisitos pedidos nos formulários. “Pelo contrário, elas têm de se motivar. Faremos com que elas cheguem a um bom nível de competitividade, mostraremos que elas podem evoluir. Queremos vê-las crescer e, depois, reconhecê-las por isso”, completa.

Para validar o trabalho realizado pelo Comitê de Gestão, um projeto piloto foi aplicado em 14 cooperativas de ramos e portes diferentes, selecionadas pelos técnicos do Sescoop. “Após essa etapa, por meio do *feedback* que recebemos, fizemos os últimos ajustes de conteúdo e linguagem e finalizamos a primeira fase do projeto, que são justamente os questionários”, afirmou a consultora da FNQ, Juliana Iten.

PRÓXIMOS PASSOS

Desenvolvida a metodologia, o Grupo do Comitê de Gestão e a equipe da Fundação Nacional de Qualidade iniciaram, em agosto, o processo de capacitação da equipe interna do Sescoop nacional e das unidades estaduais. Até outubro de 2012, serão capacitados 150 técnicos. “São seis encontros regionais, nos quais os profissionais aprenderão os conceitos do programa e da metodologia de aplicação e, claro, a mobilizar as cooperativas para realizarem a autoavaliação”, conta Susan Vilela.

De acordo com o superintendente da unidade nacional, Luís Tadeu Prudente Santos, a participação dos técnicos é essencial para efetivação do programa nos estados. “São eles que disseminarão a metodologia a ser aplicada nas cooperativas. O resultado do programa será alcançado, se houver uma satisfatória divulgação nas bases. Os técnicos têm de fazer a parte deles, trabalhar bastante, para que nós e todas as cooperativas tenhamos sucesso”, completa.

Paralelamente a esse processo, a equipe trabalhará na criação do *software* e do *hotsite* do PDGC, com soluções práticas e didáticas. “A ideia é que o cooperado entre no sistema e mantenha-se informado. Teremos um glossário para dúvidas de vocabulário. Além disso, quando o cooperado clicar em qualquer uma das questões, obterá esclarecimentos sobre as perguntas”, explica.

A fim de ajudar na compreensão e adaptação do sistema *web*, o Sescoop também disponibilizará no *hotsite* uma plataforma *webcast*, que explicará aos cooperados a utilização da ferramenta e o preenchimento dos formulários. As cooperativas que não possuem acesso à internet poderão acessar esse material em CD, que estará disponível nas unidades estaduais do serviço. ●

Uma demonstração de
que juntos construímos
um mundo melhor.

PRÊMIO
**COOPERATIVA
DO ANO**



Edição Especial Ano
Internacional das Cooperativas
**"Cooperativas constroem
um mundo melhor"**

Sua cooperativa não pode ficar de fora.

Em 2012, o mais importante prêmio do cooperativismo brasileiro chega à oitava edição com muitas novidades e um formato diferenciado. Você tem até o dia 8 de outubro para inscrever sua cooperativa. Não deixe para depois. Conheça agora o regulamento no site:

www.cooperativadoano.coop.br

O Prêmio Cooperativa do Ano é promovido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) e revista Globo Rural, da Editora Globo.



1970 – 2012

Em 42 anos, muita coisa mudou.
Menos o compromisso da OCB
com o cooperativismo.



A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), instituição que representa o movimento cooperativista no país, acaba de completar 42 anos. São mais de quatro décadas de atuação, nas esferas política e econômica, para criar oportunidades para as cooperativas. E isso dentro e fora do Brasil.

Nos próximos anos, a OCB continuará a promover, representar e acreditar no cooperativismo, atividade baseada na união e no interesse coletivo.



A OCB, no Ano Internacional das Cooperativas, tem a convicção de que as cooperativas constroem um mundo melhor.

